



Debates sobre política exterior nas páginas da imprensa rio-grandina:

dois ensaios históricos

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

32



CIDH

Cátedra Convidada FCT/Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



Debates sobre política exterior nas páginas da imprensa rio-grandina: dois ensaios históricos



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

- Universidade do Vale do Rio dos Sinos -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra Infante Dom Henrique (CIDH) -

José Eduardo Franco

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Vania Pinheiro Chaves

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Debates sobre política exterior nas páginas da imprensa rio-grandina: dois ensaios históricos



CIDH

Cátedra Convidada FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2020

**DIRETORIA DA CÁTEDRA INFANTE DOM HENRIQUE
PARA OS ESTUDOS INSULARES ATLÂNTICOS E A
GLOBALIZAÇÃO**

Diretor: José Eduardo Franco

Diretor-Adjunto: João Relvão Caetano

Secretária: Aida Sampaio Lemos

Tesoureira: Joana Balsa de Pinho

Vogais: Maurício Marques, Paulo Raimundo e Carlos Carreto

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Mauro Póvoas

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Roland Pires Nicola

Ficha Técnica

- Título: Debates sobre política exterior nas páginas da imprensa rio-grandina: dois ensaios históricos
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 32
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Março de 2020

ISBN – 978-85-67193-39-7

SUMÁRIO

**Portugal e o ultimato britânico: as reações junto à
imprensa da cidade do Rio Grande.....7**

**A imprensa rio-grandina diante da Questão
Panther.....51**

Portugal e o ultimato britânico: as reações junto à imprensa da cidade do Rio Grande*

No Rio Grande do Sul, província/estado mais meridional do Brasil, foi praticado um jornalismo avançando em termos qualitativos e quantitativos no conjunto da imprensa brasileira. O periodismo sul-rio-grandense nasceu e teve sua primeira etapa de expansão sob o contexto da fermentação revolucionária, para depois, conquistada a estabilidade, passar por uma fase de afirmação e diversificação. Nesse processo, ocorreria uma verdadeira especialização, com a edição de variados gêneros jornalísticos, dentre eles os noticiosos, os político-partidários, os literários, os caricatos, os representantes de segmentos socioeconômicos, ideológicos e religiosos e os praticantes da pasquinagem.

Parte do amplo desenvolvimento da imprensa sul-rio-grandense adveio da relativa liberdade de expressão que prevaleceu à época do II Reinado. Tal ambiente veio a

* Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018) e à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e trinta livros.

contrastar com o período de extremo cerceamento dominante nos primeiros anos da República. Ainda assim, o jornalismo continuou se desenvolvendo e o final do século XIX constituiu um dos momentos de apogeu do periodismo gaúcho. Os embates político-ideológicos que marcaram a transição Monarquia – República também serviram como um fator catalisador dessa expansão (ver REVERBEL, 1957; e RÜDIGER, 1993). Nos quadros do jornalismo rio-grandense, uma das cidades de maior destaque foi a do Rio Grande que, como principal entreposto comercial provincial/estadual, apresentou condições socioculturais para a propagação das práticas jornalísticas.

Como verdadeiros “arquivos do cotidiano” (ALBERT & TERROU, 1990, p. 5), os jornais se reportavam às mais variadas temáticas, no âmbito local, regional, nacional e internacional. Assim as informações/opiniões acerca do exterior eram comuns na maior parte dos periódicos que, de acordo com as condições tecnológicas de então, buscavam colocar seu público leitor a par dos acontecimentos, mesmo que nos locais mais distantes. A cidade do Rio Grande constituiu um epicentro mercantil e, na condição de comuna portuária, foi a porta de entrada não só de mercadorias, mas também de contingentes humanos, de companhias artísticas, de livros e de jornais. Entravam assim pelo porto ideias, opiniões e informações, revelando um mercado consumidor por notícias, inclusive as advindas do exterior.

Um dos países mais intensamente abordados pela imprensa rio-grandina foi Portugal. As tradições históricas, os laços culturais em comum, as práticas comerciais e a presença de uma forte colônia lusa na cidade eram alguns dos fatores que levavam a essa aproximação jornalística luso-brasileira no seio da imprensa citadina. Nessa linha, desde acontecimentos mezinhos ou circunstanciais, até

questões estruturais/conjunturais ocorridas na conjuntura lusitana, encontravam profundo eco nas páginas das folhas rio-grandinas. Editoriais, longas matérias, transcrições e breves notas serviam para trazer detalhes da vida portuguesa para os rincões sul-brasileiros. Tal processo também se fez valer por ocasião da imposição do ultimato inglês sobre Portugal, o qual repercutiu junto aos representantes da imprensa periódica rio-grandina da época. Tais repercussões ocorridas, mormente em janeiro de 1890, constituem o objeto de estudo deste trabalho.

Ao final do século XIX, Portugal vivia profunda crise política e o ultimato britânico estabelecido em janeiro de 1890 foi um dos fatores que mais agravou tal situação. O projeto imperialista da Grã-Bretanha de dominar a África de norte a sul não levou em conta as velhas alianças com Portugal, cujos supostos direitos sobre terras localizadas em suas possessões entre Angola e Moçambique foram desconsiderados, sendo os lusitanos obrigados a abandonar tais pretensões. O ato de ceder à pressão inglesa teria um altíssimo custo político em relação às autoridades públicas portuguesas, gerando ferrenhas explosões de contestação, acirrando-se os espíritos de reivindicação, inclusive com o espocar de uma revolta republicana na cidade do Porto. Perante o ultimato, se desenharam na opinião portuguesa duas correntes opostas, ou seja, os receosos das consequências que queriam pactuar desde a primeira hora e aqueles que entenderam pelo dever da resistência, de modo que os britânicos só venceriam pela força, mas sem a legitimidade do esbulho, que impuseram aos lusos. Com a revelação do acordo britânico-lusitano, houve a explosão de uma indignação patriótica exaltada e fremente e, na imprensa e nas ruas, manifestou-se um sentimento de unanimidade de protesto e de ódio à Inglaterra, que, dentro em breve, atingia a monarquia e o rei. Estabelecia-se, desse

modo, o agravamento da crise, com insistentes trocas de ministérios na constante busca por soluções (GUEDES, 1935, p. 414, 417, 419 e 427-429).

Nesse contexto, a intimação britânica lançou o país em um estado de emotividade próximo da insurreição, no qual se sucederam, com grande espontaneidade, os comícios, as conferências sobre as causas do conflito, os gestos simbólicos de desagravo e as iradas imputações de responsabilidade, vindo a ser o ano de 1890 todo de um crescendo de motivos revolucionários (HOMEM, 1990, p 41 e 43). Assim, o ultimato desencadeou um movimento de protesto que veio a estar na base da intentona republicana de 31 de janeiro de 1891, no Porto. No bojo das motivações de tal movimento estiveram também os condicionantes de média duração, como a agudização dos conflitos interimperialistas, a grande depressão internacional, a crise financeira e política caracterizada em Portugal na contestação do livre-cambismo e do rotativismo constitucional e na defesa do chamado trabalho nacional. Entretanto, a causa imediata da insurreição foi o choque da opinião pública perante a intimação do imperialismo britânico (CATROGA, 2000, p. 114-115).

Desse modo, a partir do ultimato britânico, republicanos e monárquicos convergiram em um protesto veemente que trazia em si a válvula de escape de todos os descontentamentos contra a política que se tinha e a sociedade em que se vivia. Nessa época, não só os republicanos foram às ruas protestar, sendo acompanhados pelos regeneradores que faziam oposição ao gabinete progressista, levando à sua derrubada e a um acirramento ainda mais veemente das disputas entre os dois partidos monárquicos. Mas foi no seio do republicanismo que se desencadeou a maior agitação, uma vez que o desprestígio da monarquia e dos seus governantes convenceu muitos

republicanos de que chegara o momento de lhe por fim. Mas, diante da insurreição antimonárquica de 1891, o Partido Republicano Português concluiu que não existiam condições para uma revolução imediata com perspectivas de triunfo de modo que não bastava a agitação das ruas para garantir a proclamação de uma república. Assim, foi, sobretudo, um grupo de sargentos do Porto, com poucos oficiais e alguns civis que alimentou a ideia da revolta, mas, mal planeado o movimento só triunfaria por um bambúrrio da sorte, que não aconteceu e, em seguida, a repressão não se fez esperar (OLIVEIRA MARQUES, 2004, v. 10, p. 508 e 510-511). Nesse quadro, naquele início dos anos 1890, a crise da monarquia atingira o ponto mais alto. O país sofria os efeitos do traumatismo causado pelo ultimato, que desgastavam o sistema político, vendo-se envolvido em uma onda de pessimismo que traduzia um grande sofrimento moral (SERRÃO, 1986, v. 9. p. 90).

Artista

Um dos mais importantes jornais rio-grandinos foi o *Artista*, que circulou de 1862 a 1912. Surgiu como um semanário voltado a difundir a causa dos artífices. Com o passar do tempo e a mudança de propriedade, acabaria por se firmar como um diário noticioso. Desde os seus primeiros tempos, manteve uma postura de simpatia/aproximação com uma das agremiações partidárias da época imperial, o Partido Liberal, chegando a atuar como um doutrinário de tais ideias. Com a República, passou por uma etapa de reorientação editorial, intentando manter uma linha independente. Já no século XX, enfrentou várias crises e indefinições editoriais, até o seu desaparecimento (ALVES, 2002, p. 231-269).

O *Artista* optou por, predominantemente, abordar o assunto do conflito luso-britânico a partir de transcrições de outras publicações. Mas, já na abertura da primeira matéria editada a respeito do tema do ultimato¹, a folha rio-grandina não deixava de demarcar o fato com certa ironia, ressaltando que “os jornais chegados trazem pormenores acerca do último conflito diplomático entre Portugal e o seu fiel aliado”. Essa última referência realizada em relação à Grã-Bretanha, como “fiel aliado” português, buscava demonstrar uma insatisfação para com a atitude britânica.

O diário rio-grandino citava a versão que o jornal britânico *Times* assinalara a respeito da ação das tropas portuguesas na repressão aos africanos de suas colônias, destacando que a mesma produzira “uma tempestade na imprensa inglesa”. Afirmava ainda que, “todos os jornais, sem distinção de partido, condenaram o procedimento” luso, declarando que seria impossível que a Inglaterra admitisse “as pretensões de Portugal ao sul da África”, tendo ocorrido “uma violação grosseira dos direitos da Inglaterra”. Em seguida, o *Artista* demonstrava sua impressão em relação aos acontecimentos, ao destacar a versão do jornalismo lusitano, explicando que “ao azedume dos jornais londrinos, correspondeu, como era de esperar, a altivez da imprensa portuguesa”.

Segundo a informação expressa pelo periódico rio-grandino, “a situação poderia ser crítica para Portugal”, se os militares lusos na África tivessem “ultrapassado os limites da missão pacífica e civilizadora que o governo lhes cometeu”. O jornal enfatizava que não fora “esse o caso”, pois teria sido “agredida a missão portuguesa”, de modo que aquilo que se passara fora “uma legítima e moderada represália”. Foi citada também a imprensa francesa, de

¹ ARTISTA. Rio Grande, 15 jan. 1890, a. 27, n. 11, p. 1-2.

acordo com a qual Portugal estaria a garantir os seus interesses na África, defendendo “não só o seu passado, mas também o seu futuro”, mantendo uma “justa altivez”, trazendo consigo “um espírito de deferência, que se não deve deixar de considerar”.

O *Artista* também trazia um trecho carregado de teor patriótico publicado junto ao periodismo lusitano, segundo o qual era “a atitude da Inglaterra curiosa realmente”. O texto destacava várias ações que demonstrariam a eficiência portuguesa em manter seus domínios africanos, passando a questionar os argumentos britânicos, de acordo com os quais seriam os lusos “o povo incapaz de dominar a África”, que não tinha força, ou não poderia “alastrar” a sua “influência e proteger a civilização”. Na perspectiva de tal versão, fora à “sombra” da “bandeira portuguesa” que se pudera “acoutar o progresso” e “a civilização se desenvolver”, protegendo “os missionários” e reprimindo “os escravagistas”, que tanto indignavam “os filantropos de Bruxelas”.

Em outra edição², sob o título “Uma questão com a Inglaterra”, o *Artista* trazia notícias acerca do “conflito que se suscitou entre Portugal e a Inglaterra sobre direitos a posse de territórios” africanos, tomando por fonte a imprensa lusitana, que buscava desmentir a versão do jornalismo inglês, afirmando que teriam sido “os súditos britânicos” na África que “arrojaram hordas selvagens contra uma expedição pacífica”, como seria o caso da portuguesa. De acordo com essa concepção, o governo britânico seria plenamente conhecedor das intenções da missão lusa, não a considerando como “uma violação grosseira dos direitos da Inglaterra”, tal qual teria feito “a imprensa de Londres”.

² ARTISTA. Rio Grande, 16 jan. 1890, a. 27, n. 12, p. 1-2.

Levando em conta a matéria publicada junto ao jornalismo luso, a folha rio-grandina ressaltava que as tropas só tinham atuado para sustentar “o prestígio português”, uma vez que se tratava “de uma missão com a qual o progresso e a civilização africana tanto têm a lucrar”. Em seguida eram citados outros representantes do jornalismo internacional, para corroborar com a tese de que “a Europa inteira” estava ao lado dos lusitanos diante daquela questão. A atitude britânica era apontada como ameaçadora e cheia de rancor, rompendo “em ímpetos de cólera” e levantando “suas iras diplomáticas”, contra Portugal que só estaria a levar “a remotas regiões o prestígio” de suas “armas e a superioridade” da sua “civilização”. Havia também a sugestão pela resistência diante daquelas “ameaças insensatas”, de maneira a desmascarar a Inglaterra que estaria “pondo a sua diplomacia ao serviço de interesses vis e mesquinhos”, afrontando “um povo” que vinha demonstrando “ação e energia na África”, fazendo “sacrifícios consideráveis para cumprir a sua missão civilizadora”.

Mais tarde, sob a epígrafe “Portugal e Inglaterra – questão africana”³, o *Artista* publicava uma série de notas trazendo as consequências de tal conflito para a vida portuguesa, explicitando que, em Lisboa, continuavam “as manifestações populares das ruas”, de modo que, “para fugir à vindita popular”, o gabinete demitira-se. Outra nota destacava que continuava “cada vez mais a indignação popular”, em quadro pelo qual, “oradores arengam às massas de povo, clamando pelos direitos de Portugal”, descrevendo ainda que “numerosos grupos exaltados pela ofensa sangrenta ao patriotismo português” tinham se

³ ARTISTA. Rio Grande, 23 jan. 1890, a. 27, n. 18, p. 2.

dirigido ao consulado britânico “e ali levantaram *morras* à Inglaterra”.

O *Artista* divulgava que a indignação se espalhara por várias partes, de norte a sul do território português. Havia ênfase mais uma vez para as manifestações de jornais europeus que estariam a se mostrar “simpáticos a Portugal, profligando a Inglaterra”, cuja atitude viria a violar “o direito das gentes”, visando a “espoliar Portugal de territórios conquistados há quatro séculos e nos quais, durante tão largo espaço de tempo”, os lusos tinham “exercido, sem contestação, direitos de suserania”. Eram também denunciados os planos ingleses de bombardear possessões lusitanas na África e descritas várias atitudes tomadas em Portugal contrárias aos interesses britânicos, como foi o caso de projetos isolados de bloqueios comerciais às mercadorias inglesas.

Uma outra matéria publicada nas páginas do *Artista*⁴ divulgava uma “correspondência especial de Lisboa” estampada junto à imprensa do Rio de Janeiro, a qual se referia a projeto britânico de “explorar riquezas no interior da África sul-oriental, com a “possibilidade” de tal potência “alastrar os seus domínios e explorações pelos territórios há muito sujeitos à soberania portuguesa”. Em seguida eram descritas em detalhes as recentes ações lusas em território africano, pois seria “conveniente” que, diante do conflito diplomático, fosse “conhecida a maneira porque se passaram os fatos”.

Em outras colunas dedicadas ao tema, o *Artista* voltava a enfatizar a “opinião da imprensa” acerca do conflito luso-britânico⁵. Na visão da folha rio-grandina, tais “conceitos” expressos por meio dos periódicos revelavam “a

⁴ ARTISTA. Rio Grande, 24 jan. 1890, a. 27, n. 19, p. 1.

⁵ ARTISTA. Rio Grande, 25 jan. 1890, a. 27, n. 20, p. 1.

opinião do mundo civilizado” acerca da “questão que assumiu grande gravidade pela insistência do governo inglês de usar de sua força superior”, para fazer valer os seus interesses na África. A respeito do confronto diplomático, um representante da imprensa francesa declarara que “o direito encontra-se do lado de Portugal”, devendo este ter “muita razão em acreditar na eficácia do direito das gentes”. Nesse sentido, o jornal francês destacava o desejo de que, naquele caso, não houvesse “o emprego da força, tão desigual entre um e outro”, como estratégia a “recorrer para decidir a contenda”.

Também foi citado “um extenso, mui sensato e muito lisonjeiro artigo” publicado no seio do periodismo espanhol, “pondo-se ao lado de Portugal, contra as agressões infundadas e injustas da Inglaterra”. Outra folha destacada era norte-americana, segundo a qual as atitudes inglesas para “lançar a influência e o prestígio britânico na África”, estariam a seguir “um caminho diretamente contrário à civilização e à humanidade”. O *Artista* salientava também que os documentos explicativos de origem lusa vinham sendo “publicados com palavras de louvor e simpatia” para com Portugal, “por muitos dos principais jornais franceses, alemães, americanos e até por alguns ingleses”. Além disso, ressaltava que mesmo “a imprensa inglesa vai-se mostrando mais comedida, certamente porque viu a imprensa europeia”, através de “seus órgãos mais consideráveis, mostrar que não lhe agradava o modo de agredir Portugal”, atentando “contra todos os princípios do direito e da justiça”.

Mantendo a estratégia das transcrições acerca das disputas anglo-lusitanas⁶, o *Artista* citava um artigo publicado junto à imprensa parisiense, “acerca do perigoso

⁶ ARTISTA. Rio Grande, 27 jan. 1890, a. 27, n. 21, p. 1.

conflito”, e do qual extraíra alguns “curiosos trechos”. O texto abordava o tema sob um prisma mais conjuntural, revelando que “a pendência anglo-portuguesa não é como superficialmente se poderia julgar um incidente fortuito e vulgar”, constituindo uma “revelação exterior de um vasto plano de evolução e de conquista colonial”, realizado pela Inglaterra em seus avanços imperialistas em relação a outras potências europeias, de maneira que o grande interesse era o da “partilha da África”.

O artigo em questão reverberava “a profunda simpatia e o apoio absoluto que a opinião francesa” prestara “a Portugal, contra as iníquas e odiosas pretensões dos ingleses”. Além disso, enfatizava que, “em nenhum litígio internacional moderno, a opinião geral da Europa” tinha se “manifestado com tanta unanimidade a voar de uma das partes litigantes”, como o fizera “a favor de Portugal no incidente diplomático com a Inglaterra”. Ainda levando em conta a imprensa europeia, o *Artista* lembrava que aquele conflito trazia em si, mais do que “a aspiração de um reinado ou o pensamento de um governo”, um “sentimento popular” e “um despertar da ambição nacional”, a qual levava “os portugueses a sonhar” com “a restauração da sua grandeza e do seu prestígio colonial de outras eras”. Segundo tal versão, seria fundamental afirmar “os direitos de Portugal nos territórios africanos”, para evitar que a Grã-Bretanha se tornasse “senhora de um território” que se alongaria “do Cabo da Boa Esperança às origens meridionais do Nilo”.

Ao final de janeiro de 1890, o *Artista* publicou um editorial intitulado *Ave, Lusitânia!*⁷, no qual confirmava sua postura favorável à causa portuguesa. Para o jornal, os telegramas e as notícias recebidas faziam prever que seria

⁷ ARTISTA. Rio Grande, 30 jan. 1890, a. 27, n. 24, p. 1.

“inevitável a guerra, pois o povo português, mostrando que não esquece as honrosas tradições do seu passado glorioso”, continuava “em todo o país a promover manifestações hostis à Inglaterra, auxiliando o governo a defender a honra da nação”, bem como a “resistir a todo o custo às exigências do governo britânico”. Na visão da folha rio-grandina, “a agressiva exigência da Inglaterra” tinha “a índole de materialismo e de brutalidade”, a qual caracterizaria “a política inglesa”. Na concepção do periódico sul-rio-grandense, “a Inglaterra é forte e tem consciência da sua força”, de modo que vinha se atrevendo “à conquista de quanto a sua avidez cobiça, sem que nem a justiça, nem as bases fundamentais dos direitos das gentes” lhe pusessem “estorvo às suas empresas de espoliação e de rapina”.

Segundo o *Artista*, não fora a Grã-Bretanha quem criara “o direito da força”, mas ela vinha abusando “bastantes vezes do seu emprego, não recuando ante dificuldade alguma, por desonrosa que seja, para levar a cabo os seus intentos”, sempre que deles adviessem “novos ou mais avultados interesses mercantis”. Buscava esclarecer que a “tentativa de pilhagem” da Inglaterra para com os territórios lusos na África – os quais constituíam “vastas regiões que há perto de quatro séculos foram descobertas e têm sido percorridas e colonizadas pelos audazes exploradores lusitanos” – constituiria “um novo capítulo ajuntado à história desses ignóbeis e revoltantes abusos da força, em que a Inglaterra é mestra”.

A folha rio-grandina lançava mão do devir histórico para corroborar com sua tese, afirmando que, “quando a Inglaterra era ainda um ponto na carta geográfica, uma ilha isolada na vastidão do universo”, Portugal já havia “iniciado a conquista da África”, a partir da “flor dos seus gentis homens e dos seus valorosos soldados”. Explicava em relação àqueles territórios que tanto despertavam “a cúpida

ambição da nação saxônia”, que “foram os portugueses que primeiro os descobriram”. Afirmava ainda que, “ante a violação dos mais sagrados direitos” e do “injurioso atentado à sua integridade – pela qual Portugal em todas as épocas prodigalizou sem vacilar o sangue dos seus filhos – todos os corações portugueses estremeceram”.

Em tons exortativos, o *Artista* apontava que “a honra de Portugal foi ameaçada” e “os portugueses ergueram-se todos” para defendê-la, de modo que, “do Algarve ao Minho, da margem do Atlântico à fronteira espanhola, um brado unísono de indignação” repercutira em Portugal. Diante disso, “o povo inteiro, sem distinção de classes, nem divergência de política”, protestara “com a mais veemente energia”, desabafando “em explosão incendida pelo mais ardente patriotismo contra o cínico atentado”, ainda “mais revoltante” por ter sido cometido por “uma nação amiga, a quem a aliança portuguesa prestou largos e valiosos serviços com sacrifício dos próprios interesses”.

Para o periódico rio-grandense, a Grã-Bretanha esquecera-se que ficava em desonra “a nação que deixa arrancar-lhe o que lhe pertence”, valendo mais “sucumbir gloriosamente pelo ferro e pelo fogo que conservar a existência amortalhando a consciência do direito”, assim como “o brio e a honra no contrato que consagrasse a cessão do território nacional”. Na concepção do jornal, tratava-se de “uma nação pequena” que resistia “às ameaças”, revoltando-se “contra as injunções da sinistra empolgadora dos territórios que outros descobriram e conquistaram à custa de heroicos e prolongados esforços”. Na mesma linha, argumentava que era “um pequeno povo, sem couraçados e sem os milhares de canhões” – os quais constituiriam “a suprema eloquência e a soberana razão da moderna lógica internacional” – que resistia “às investidas do leopardo

britânico, confiando na força que dá o direito, inspirado pelo sentimento da honra e do patriotismo”.

Seguindo tal linha de pensamento, o *Artista* explicava que o brio luso falaria “mais alto que a voz dos canhões”, com os quais os ameaçava “a espoliadora de Malta e de Gibraltar, a insigne trapaceira que no princípio do século” entrara “no Cabo e noutras colônias holandesas a pretexto” de defendê-las dos franceses, mas delas se apossando e “esquecendo a lealdade e o direito, porque para ela é superior a todos os direitos, a cobiça, o mercantilismo e a posse”. Em loas aos portugueses, o jornal ressaltava “o povo que lutou com o império romano, o maior que jamais houve no mundo, que conquistou a sua autonomia em continuados combates com a Espanha” e que, no início do século XIX, fora “o primeiro a abater as águias de Napoleão”, de modo que “o anjo da vitória mostrou como os simples campônios e operários” se converteram, “pela inspiração do patriotismo, em vencedores de soldados aguerridos e acostumados à vitória”. Para a folha rio-grandina, tal povo não cederia “às ameaças da poderosa Albion”, não aceitando a desonra diante “dos canhões triunfantes”, perante os quais ficavam extintos “o direito e a justiça”, imperando “dominadora e soberana a única lei da força”.

Na visão do diário rio-grandense-do-sul, a Grã-Bretanha teria “meios de sobra para praticar uma violência e saciar o desejo de vingar-se”, mas retrucava que “a conquista dos territórios africanos” não seria fácil, uma vez que contra ela combateriam “unidos, portugueses e as tribos africanas”, as quais não serviam e não conheciam, “desde tempos remotos, a outro povo senão o português”. Destacava também que “a ocupação de Portugal” seria “impossível”, pois, “por muito grande que fosse o exército que os ingleses desembarcassem”, dentre “os seus soldados

poucos de certo regressariam à pátria para narrar a que desatinos e a que inclemências” poderia “chegar um povo brioso e valente, e audaz, combatendo pela defesa do solo da pátria”.

De acordo com a publicação sulina, a História apontava “muitos exemplos de como os povos, por pequenos” que fossem, “quando os anima o amor da pátria e os inspira a causa da justiça”, resistiam “aos ataques das grandes nações aventureiras, a serviço de ambições sórdidas e infames”. Citando exemplos, o periódico sentenciava que “o leopardo britânico” sabia “recuar não só ante a energia das nações fortes”, como também diante da “resistência dos povos decididos a não se sujeitarem a domínios bastardos, ao serviço exclusivo da especulação e da cobiça mercantil”.

Em tom desafiador, a folha perguntava de modo retórico o que poderiam “fazer as armadas e os exércitos ingleses”, e respondia que eles conseguiriam “bombardear alguns portos, com as balas dos poderosos canhões dos seus vasos de guerra” e “reduzir a um monte de ruínas Lisboa e outras cidades portuguesas”. Entretanto, o jornal avisava que se a Grã-Bretanha pretendesse “realizar as suas ameaças brutais”, encontraria, “ao lado de Portugal as generosas nações da raça latina e a Rússia”, as quais não consentiriam que se consumasse “o atentado, que seria uma nódoa para a história do último decênio do século XIX”. Dessa maneira, vaticinava que, “sobre a Inglaterra” cairia “a enorme responsabilidade da conflagração, que provavelmente” surgiria “do conflito provocado pela sua insaciável cobiça”.

Na opinião do *Artista*, “a Europa e a civilização” viriam a “agradecer a Portugal”, pela “sua alegria e o seu patriotismo para conter as provocações e as tentativas de espoliação do leopardo inglês”, o qual estaria sentido “os estremecimentos de revolta nas Índias”, preparando-se “para cravar as garras no coração da África, descoberta e

dominada pelos portugueses”. Argumentava que “a pretensão inglesa não” constituía apenas “um atentado”, sendo “um abuso da força” e “a negação absoluta da doutrina hodierna da soberania dos Estados”, equivalendo, “na ordem política, à resolução que, na ordem econômica e moral, produziria a extinção do direito de propriedade”.

A argumentação da folha seguia no sentido de que “infelizmente, o direito das gentes” admitia “a força como meio de aquisição quase legítimo”, mas que o mesmo consagrava “o respeito aos direitos adquiridos”. Explicava que, na contramão daquele direito, “o novo código britânico ultrapassa todos os limites”, de maneira que, segundo tais ditames, “a propriedade e a legitimidade” dependeriam “simplesmente da vontade da Inglaterra e dos interesses dos seus súditos”. Em contraposição a tal estado de coisas, o jornal defendia que Portugal estaria “destinado a preservar o mundo civilizado de semelhante monstruosidade”.

Voltando a enaltecer a nação portuguesa, o periódico afirmava que “o povo de D. João I, do Gama, de Cabral e de Magalhães, o povo cujos navegadores, sulcando ‘os mares nunca dantes navegados’”, viriam a abrir “novos horizontes à civilização humana” e que, “no século XVII”, encheria “o universo com a fama do seu nome”, dominando “soberano, na América, na África e na Ásia”, seria “digno da missão que o destino providencial das nações” fizera com que, naquele momento, dependesse “do seu brio e do seu patriotismo”.

Assumindo plenamente sua posição, e em nome dos brasileiros, o *Artista* exclamava que “os descendentes” dos portugueses, “vinculados a eles por laços de sangue, de amizade, de costumes e tradições gloriosas do passado”, não poderiam “deixar de palpitar com o sentimento” que animava os lusos “na sua nobre e varonil atitude”, acompanhando-os, com as simpatias em todos os transes”, que os viesse a arrastar “a defesa sublime da sua honra e do

seu direito”, dizendo-lhes, “com o mais fraternal entusiasmo: Ave, Lusitânia!”.

Na mesma edição e página em que publicara tal editorial, o jornal rio-grandino continuou a apresentar notas acerca do conflito anglo-português, informando que em Lisboa “os ânimos” continuavam “exaltados, não obstante o governo envidar tudo para satisfazer a opinião pública”. Enfatizava que era “grande o movimento nas ruas, tornando-se difícil à polícia conter os mais exaltados”, alguns dos quais foram “presos por ter dado morras à Inglaterra”. Destacava também que, diante dos “ânimos muito exaltados”, receava-se “tumultos”, que pudessem “redundar em lastimáveis excessos contra súditos ingleses”, chegando a polícia a confessar-se “impotente ante a exasperação do povo, que já principia a desacatá-la”. A folha ainda elogiava “a atitude patriótica” dos membros da colônia lusa no Brasil, os quais, “com a maior espontaneidade”, concorriam “com quantias avultadas para a desafronta da honra da pátria”.

O tom elogioso permanecia na última edição do *Artista* referente a janeiro de 1890⁸, ao noticiar a atitude da colônia portuguesa em São Paulo que teria expedido telegramas às autoridades portuguesas, oferecendo “todo o seu apoio em caso de guerra provável”, abrindo “subscrição para auxílio de despesas de guerra” e franqueando “listas para inscrição de voluntários”, em manifestação de “entusiasmo extraordinário”, em nome da “nação portuguesa”. O periódico também noticiava que vários estabelecimentos comerciais paulistas “resolveram suspender transações com os seus correspondentes ingleses”. Outro informe destacava que um “honrado e

⁸ ARTISTA. Rio Grande, 31 jan. 1890, a. 27, n. 25, p. 1.

distinto capitalista” telegrafara “ao governo português oferecendo mil libras em caso de guerra”.

De acordo com a publicação rio-grandina, até mesmo brasileiros estariam se alistando, de modo a “prestar a Portugal, na eventualidade de uma campanha contra a Inglaterra, o concurso de sua força”. Com orgulho, o *Artista* divulgava a manifestação de um desses voluntários, segundo o qual “a desavença entre Inglaterra e Portugal” seria “a senha da grande conflagração europeia”, desencadeando-se uma “luta inevitável entre as raças latina e saxônia”. Diante disso, os brasileiros não poderiam “permanecer alheios ao ultraje” que fora “atirado sobre o povo heroico e irmão” e, “como latinos”, deveriam apressar-se “a prestar-lhe todo o apoio”. Todo o entusiasmo das páginas do *Artista* viria a arrefecer com a continuidade dos acontecimentos.

Bisturi

O *Bisturi* foi uma das mais importantes publicações do gênero caricato no contexto rio-grandino e sul-rio-grandense, atuando como autêntico representante do jornalismo crítico-opinativo, ilustrado e satírico-humorístico. Com aguçada ironia, apresentou a realidade a partir do traço caricatural, mesclando texto e imagem na articulação da crítica política, social e de costumes. Circulou semanalmente de forma regular entre 1888 e 1893, mantendo sua edição até meados da década de 1910, de modo esporádico e irregular. Desde os primeiros números, alinhou-se ao liberalismo e, com a proclamação da República, apoiou a transformação, imaginando um modelo liberal para a nova forma de governo. O autoritarismo predominante acabaria por colocar o *Bisturi* na oposição aos governos ditatoriais, ultrapassando as raias da disputa

política para atuar na resistência ao regime autoritário, sofrendo fortes perseguições por tal postura (ALVES, 2002, p. 407-465; ALVES, 2016; e FERREIRA, 1962, p. 185-195).

Não foram muitas as repercussões do ultimato britânico sobre Portugal nas páginas do *Bisturi*, a maior parte delas contando com a típica defasagem temporal advinda da distribuição semanal da folha caricata. Uma delas ocorreu na forma de caricatura estampada na capa do hebdomadário na qual já se verificava a posição do periódico favorável a Portugal⁹. Tal desenho não apresentava um texto de referência correspondente ao longo das demais páginas, o que era comum de acordo com os padrões editoriais da publicação caricata, demonstrando que só a ilustração já seria suficiente para explicar os acontecimentos pelo prisma caricatural.

A gravura gravada na página de abertura do semanário rio-grandino mostrava as figuras de dois militares, um português, o outro britânico. O primeiro marchava sobre o território em litígio no continente africano e olhava para o adversário com a arma ao ombro. O outro, um arremedo de John Bull, tinha a arma a tiracolo, mas contava com uma belonave e um canhão, colocados ao fundo da imagem, em alusão ao poderio naval inglês. Para certo espanto do indivíduo britânico, o soldado luso bradava em nome dos direitos territoriais de seu país, proferindo a frase: "Oh! inglês de uma figa, não é com essa carantonha, nem com teus formidáveis petrechos bélicos que o velho e heroico Portugal se espanta. Ainda o sangue português não adormeceu no coração dos seus filhos". A sentença era complementada por uma expressão depreciativa aos ingleses: "Godeme".

⁹ BISTURI. Rio Grande, 26 jan. 1890, a. 3, n. 4, p. 1.



Pouco depois, o *Bisturi* publicou matéria sob o título “Verdadeiro patriotismo”, na qual aplaudia as atitudes da colônia lusitana na cidade do Rio Grande¹⁰. Nesse sentido, o hebdomadário destacava a reunião de “um avultado número de cidadãos portugueses, com o patriótico fim de lavrarem um enérgico protesto contra as indecorosas pretensões da Inglaterra”, vindo a oferecer “aos seus gloriosos irmãos de além-mar, todo o seu prestígio pessoal”, de modo que Portugal não viesse a recuar “um só passo, continuando a manter-se nobre e altiva”.

Em tais colunas, a folha considerava que “o procedimento da colônia portuguesa” na urbe portuária fora “soberanamente honroso para Portugal”, a qual deveria, “mais do que nunca orgulhar-se” dos seus filhos. Segundo o periódico, tal reunião ocorrera para tratar “exclusivamente da importante questão” que agitava “a velha pátria de

¹⁰ BISTURI. Rio Grande, 2 fev. 1890, a. 3, n. 5, p. 2.

Camões” e ocorrera “animadíssima”. Destacava que se pudera notar “em todos que faziam parte da numerosa e seleta assembleia, o seu grande amor pela pátria”, bem como “a sua justa indignação pelas pretensões absurdas e imorais da Inglaterra, que, se prevalecendo da superioridade das suas armas e da sua força”, pretendia “extorquir a Portugal o que legitimamente” lhe pertencia.

Com entusiasmo, o semanário caricato garantia que Portugal estava “firmemente resolvido” a “defender energicamente os seus sagrados direitos, contra o poder da força”. Enfatizava que a nação lusa não recuaria, nem se amedrontaria diante das ameaças, uma vez que tinha “ao seu lado o direito e a justiça da nobre causa”, a qual defendia “com heroísmo”, contando com “os aplausos das nações civilizadas”. Em conclusão, e demarcando claramente suas convicções, o *Bisturi* bradava a expressão: “Glória ao povo português”.

Na mesma edição, a questão anglo-lusitana era mais uma vez traduzida pelo hebdomadário sul-rio-grandense a partir de uma caricatura¹¹. A gravura trazia um homem com trajes típicos portugueses e identificando sua nacionalidade a partir do nome escrito em seu chapéu. Ele olhava com galhardia para um poderoso leão, simbolizando a Inglaterra, que se mostrava pronto para atacar o outro com ferocidade. O lusitano não mostrava temor diante do animal feroz, em alusão à arrogância ameaçadora e até mesmo a crueldade, imputadas à Grã-Bretanha.

Demonstrando uma visão mais ampla da conjuntura internacional, o periódico mostrava a representação de outras potências – França, Espanha e Rússia que, ao longe, sobre elevações do terreno, estariam a observar os acontecimentos por meio de lunetas. O desafiador

¹¹ BISTURI. Rio Grande, 2 fev. 1890, a. 3, n. 5, p. 4.

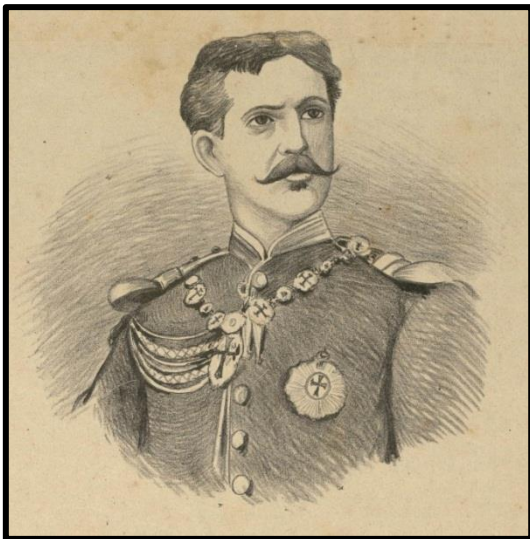
português afrontava o leão inglês, sem medo e pronto a sacrificar a vida pela causa pátria, com a sentença: “Sim, tu és forte e eu sou fraco! Possuis terríveis garras e muita ousadia, mas não nos amedrontas. Estamos esperando o teu salto e... preferimos a morte do que deslustrar as tradições gloriosas do velho Portugal”.



O militar português diretamente vinculado às disputas com os ingleses no continente africano foi homenageado com a publicação do seu retrato na primeira página do *Bisturi*, acompanhando de um correspondente texto laudatório¹². Nessa linha, a folha afirmava que trouxera em sua “página de honra o retrato do valente e destemido patriota Major Serpa Pinto, um dos vultos mais notáveis da grandiosa pátria de Camões”. O periódico explicava que, para se referir àquele “paladino da civilização”, o qual compunha a “hodierna falange da glória

¹² BISTURI. Rio Grande, 9 mar. 1890, a. 3, n. 10, p. 1 e 2-3.

do velho Portugal”, seria preciso “burilar a frase, emoldurar o pensamento”, de modo a dar “vida a tudo quanto” ia “na alma de belo, de santo e de sublime”, quando tal nome era escrito.



Serpa Pinto era comparado pelo hebdomadário ao “imortal cantor das Lusíadas” e ao “emérito Herculano”, por ter elevado “o já glorioso nome do velho Portugal ao apogeu de uma imortalidade tão sublime”, venerada pelo “mundo inteiro do alto da sua consciência”, lembrando um “longo período de conquistas civilizadoras”, que “o velho guerreiro” alcançara “para a sua divina frente”. De acordo com o periódico, não havia quem não pronunciasse “com respeito e admiração o nome deste valente oficial português”, o qual, “com a sua indômita coragem, com o seu grande amor à pátria”, conseguira “captar simpatias, concitar a admiração do mundo civilizado para o seu grande país, o seu querido Portugal”.

Em tom encomiástico, o *Bisturi* se referia ao “destemido explorador africano”, que levantou “tão alto as glórias dos seus valentes compatriotas”, vinculando “à sua história mais um feito de heroísmo, que as gerações futuras” haveriam “de aplaudir satisfeitas”. Serpa Pinto era descrito como “uma individualidade” que já não mais pertencia a si mesmo, pois, “para a pátria portuguesa”, seria “o mesmo que o sol para a humanidade”. Era também considerado como o “herói do dia” que, naquele século, “mais brilho” dera “ao seu país”, com “exemplos de patriotismo, que a geração hodierna” deveria “tomar para ensinamento de seus princípios patrióticos”. Finalmente, em conclusão, o semanário declarava que tal indivíduo não poderia “desaparecer mais da história portuguesa, tão arraigado” estaria “o seu nome à ela”.

Ainda na mesma edição, não deixando de lado a abordagem bem-humorada, o *Bisturi* enaltecia a coragem lusitana no texto denominado “Os portugueses”¹³, destacando que era, “indubitavelmente, um povo guerreiro”, como afirmava “toda a gente”. A respeito do tema em pauta, enfatizava que “de toda a parte” via-se “levantar os portugueses, de arma em punho, e prontos a se baterem com a poderosa Inglaterra”. Considerava que “cada um português assentando com a espada pela cabeça de um inimigo”, equivalia a contar que o mesmo estaria “rachado meio a meio”, de modo que, “de um inimigo” fazia-se “logo dois, a metade para cada lado”.

Como era comum aos semanários caricatos, o periódico misturava a redação jornalística com as conversas do cotidiano. Referindo-se a um “Mendonça da loja de louça, português valente como as armas”, o qual, “num ímpeto de entusiasmo pátrio” teria dito que era “homem para oito

¹³ BISTURI. Rio Grande, 9 mar. 1890, a. 3, n. 10, p. 2.

ingleses, e só de uma cutilada” poderia deixá-los “todos numa massa de sangue”. Nesse sentido, o jornal ressaltava que “os portugueses, em cada cutilada”, obteriam “em resultado a multiplicação dos inimigos”. Diante de tal constatação, a folha sentenciava: “Cuidado, senhores ingleses”. Desse modo, o *Bisturi* utilizou-se de suas colunas textuais, caricaturas e desenhos para sustentar as motivações lusitanas, em detrimento das pretensões britânicas.

Diário do Rio Grande

O *Diário do Rio Grande* foi um longo jornal rio-grandino, cuja marca registrada foi a manutenção de um padrão editorial que buscava privilegiar o caráter noticioso. Nem por isso, a folha deixou de lado os embates político-partidários, estando, na época imperial, primeiramente ao lado dos conservadores, para depois, com a mudança de proprietário, mostrar-se simpática à causa liberal. Feita a República e diante do cerceamento à liberdade de expressão, intentou manter uma postura independente. A partir da virada do século XIX ao XX, entraria em acentuada crise, passando por etapas de indefinição editorial, até o seu desaparecimento em 1910 (ALVES, 2002, p. 157-208).

A cobertura do *Diário do Rio Grande* em relação ao embate diplomático britânico-português foi mais sucinta em relação aos demais periódicos rio-grandinos. Uma referência original ocorreu na forma de breve nota intitulada “Portugal e Inglaterra”, segundo a qual “o governo português, na previsão de uma ruptura de relações com a Inglaterra”, estaria a estabelecer estrutura “para guarnecer o Rio Tejo de torpedos”. Explicava que tal “medida teria por fim garantir

a defesa” de Lisboa “contra os ataques da esquadra inglesa”¹⁴.

Alguns dias depois, nas narrativas acerca do confronto diplomático luso-britânico, o *Diário* optava pelas transcrições de periódicos estrangeiros¹⁵. Os informes destacavam movimentações da esquadra britânica na África e a possibilidade de arbitragem para resolver a querela, o que teria sido recusado pela Inglaterra. De acordo com o jornal, “a opinião unânime de estadistas notáveis” era “que as negociações diplomáticas entabuladas” entre os dois países só haviam visado até então a favorecer os ingleses. Destacava também que se acentuavam “sempre mais as dificuldades para chegar-se a um acordo amigável”, já que “o governo inglês” mantinha “a resolução de obrigar Portugal a aceitar as premissas por ele estabelecidas”.

A folha diária rio-grandina fazia também referência à “grande indignação do povo português”, a qual acabara por tornar-se “hostilidade manifesta e violenta ao governo”, com gritos pela rua de “Abaixo o ministério! Abaixo os traidores!...”. Em síntese, o jornal dizia que era “a excitação política enorme” em Portugal, chegando “de todos os pontos do reino notícias de indignação” e, a partir das “manifestações populares nas ruas” e da “pressão da opinião”, dera-se a queda do gabinete. Os ataques às representações britânicas também eram destacados, citando que “numerosos grupos exaltados pela ofensa sangrenta ao patriotismo português” atacaram o consulado de tal nacionalidade.

Ainda no mesmo número, o *Diário* explicava que o governo inglês não se demovera “do plano para tirar a

¹⁴ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 21 jan. 1890, a. 42, n. 12176, p. 1.

¹⁵ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 24 jan. 1890, a. 42, n. 12179, p. 1.

Portugal a suserania dos territórios da costa oriental da África”. Diante disso, se referia à continuidade da “grande irritação popular” em Portugal, constituindo um “movimento verdadeiramente nacional”, que se estendia “a todo o reino”. Eram apontados os primeiros passos do novo gabinete luso, bem como a intenção do governo português de lavrar “um solene protesto perante as potências da Europa”. Também era apontado que “a calma ainda não se restabeleceu de todo” no reino lusitano, permanecendo a animosidade dos espíritos, pois “o povo” desejava “a guerra”, havendo inclusive boicote ao comércio britânico.

Na edição seguinte, o *Diário do Rio Grande* publicava outra nota sobre os desentendimentos anglo-lusos¹⁶. O conteúdo da mesma se referia a artigo publicado na imprensa carioca e assinado por “um portuense”, o qual sugeria “a ideia de uma reunião da colônia” lusitana para a qual deveria ser proposta uma série de medidas. Uma delas seria a de que “os comerciantes portugueses” deveriam cortar “todas as suas relações com a Inglaterra e com as casas e agências inglesas”. Outra determinava que, “em nenhum caso, o português” poderia fazer “transações em bancos ingleses”. Também ficaria pactuado que se deveria “fazer uma coleta para o fim de obter uma soma avultada”, a qual seria “posta à disposição do governo português para o caso de uma guerra contra a Inglaterra”. Finalmente, era proposto “organizar e armar alguns batalhões portugueses e fazê-los transportar para a África”.

Segundo a notícia transcrita pelo *Diário*, as citadas medidas poderiam não servir para evitar “a espoliação” realizada pelos ingleses, mas teriam “não pequeno alcance”. A justificativa de tal asserção advinha da indicação de que,

¹⁶ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 25 jan. 1890, a. 42, n. 12180, p. 1.

em relação a “John Bull o melhor desforço” que se poderia tomar seria o de “feri-lo na barriga”. Assim, “o comércio português de todo o Brasil”, ao tomar “as resoluções indicadas”, daria aos britânicos “mais prejuízo do que lhe podem dar de lucro, durante muitos anos as regiões africanas”, nas quais pretendiam “fazer mão baixa”. Além disso, o inglês ficaria sabendo que havia no “grande país” por ele explorado, quem sentisse “as afrontas feitas e as humilhações infligidas ao nobre e glorioso Portugal”.

Uma manifestação mais diretamente favorável aos portugueses foi publicada pelo *Diário do Rio Grande* na forma de editorial, sob o título “Nobre atitude”¹⁷. Tal artigo de fundo declarava que, “na questão com a Inglaterra e por esta provocada com manifestos intuitos de espoliação, Portugal” estaria “mostrando as gloriosas tradições do seu povo”. Segundo o jornal, a atitude lusa, “em face das violentas exigências da Grã-Bretanha”, provava “que o antigo patriotismo português” subsistia “ainda veemente no coração daquele pequeno, mas heroico, país”. Explicava que “o procedimento inqualificável” do gabinete decaído, “submetendo-se vergonhosa e cobardemente às vexatórias imposições” inglesas, teria encontrado “enérgico corretivo nos sentimentos varonis do brioso povo lusitano”.

O editorial congratulava-se pelo fato de, nas “veias” lusas girar “ainda, com a mesma vivacidade de outrora, o sangue dos imortais guerreiros e navegadores”, os quais, “nos séculos idos tamanha soma de glórias conquistaram para sua pátria”. Para o *Diário*, não seria “de esperar outra atitude do povo que, nas conquistas da civilização e do progresso”, fora “um dos que mais se distinguiu”, como estariam a provar “os seus anais e os vestígios imorredouros

¹⁷ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 26 jan. 1890, a. 42, n. 12181, p. 1.

deixados pelos seus maiores na Ásia e na África". O destaque se dava em relação a este último continente, "onde a força brutal da ambição e da iniquidade" pretendia "expelir os que ali" tinham "indisputável direito de domínio".

Com vibração, a folha rio-grandina desafiava a Inglaterra a bombardear "com as suas poderosas esquadras as cidades portuguesas", apoderando-se daquilo que não lhe pertencia. Considerava que tal ato seria "mais uma extorsão" com que a potência marítima engrandeceria "os seus domínios territoriais". Diante disso, previa que Portugal reagiria "com o ardor, a energia e o entusiasmo" daquele que tinha "a razão, a justiça e o direito de seu lado". Apontava que este era o "dever" do "povo português", o qual estaria sendo cumprido "nobremente, honrando as suas gloriosas tradições e dando um grande exemplo de amor pátrio".

Também em sua matéria editorial, o periódico rio-grandino afiançava que, "diante de exigências, de imposições e ameaças" da Inglaterra para com Portugal, "sem ter para isso a menor razão plausível", seria "mil vezes preferível a morte à humilhação". Perante o ato movido "pela força" dos britânicos, levando "o que de modo algum" lhe caberia "por direito", o jornal previa que "Portugal em peso" se levantaria, "como um só homem para protestar contra a espoliação" daquilo que seria "exclusivamente seu, por direito de conquista e de longos séculos de domínio".

O artigo de fundo do *Diário* afirmava também que "a Inglaterra, incomparavelmente mais forte", poderia "despojar Portugal de parte do patrimônio legado pelos seus grandes antepassados", entretanto, "ao pequeno reino" caberia "a glória de dizer que a pilhagem não foi feita impunemente, pelo menos sem protesto enérgico dos espoliados". Nesse sentido, o periódico concluía que,

“quando um povo, vibrante de indignação e patriotismo”, protestava contra aqueles que pretendiam tirar o que era seu, cumpria “nobremente o seu dever”, fazendo “jus às simpatias” dos que acatavam “o sentimento da justiça”. Ao fim, o jornal declarava que bem agia “Portugal, pela altiva atitude do seu povo varonil e patriótico”.

Na mesma edição, as páginas do *Diário* serviram para a divulgação de embates no periodismo europeu acerca do conflito diplomático em pauta. Foi divulgado também um “convite à colônia portuguesa”, no qual “o Congresso Português D. Luiz I” convidava “todos os seus compatriotas, sem distinção de classes, para a reunião popular portuguesa”, na qual, “com todo o ardor patriótico” ocorreria a manifestação e a oferta de “adesão e auxílio à inflexível energia do povo português contra os ataques absurdos e violentos da Inglaterra”. Ao final, o convite exortava todos “À defesa da pátria, portugueses!”. Em seguida aparecia matéria sobre a “Questão anglo-portuguesa”, informando que continuava “a agitação popular em Lisboa, motivada pelas insólitas pretensões da Inglaterra”. Eram citados telegramas, de acordo com os quais o povo luso caminhava “pelas ruas manifestando a sua indignação”, pedindo que o governo declarasse “guerra àquela potência e convidando os concidadãos a alistarem-se voluntários nas fileiras do exército e da armada”. Apareciam ainda manifestações pela Europa favoráveis à causa lusitana.

Já ao final de janeiro, o *Diário* trouxe várias notícias de reações da colônia lusa em diversas localidades brasileiras contra a atitude britânica. Com o título “Patriotismo dos portugueses”, o jornal divulgava a reunião ocorrida na cidade de Campinas, na qual se formara comissão e aberta subscrição favorável à causa lusitana. Foi destacada também a atitude de tal colônia em São Paulo, a

qual ocorrera “com avultadas quantias” e formara “batalhão de voluntários”. Outra comissão fora formada na cidade do Rio de Janeiro, a qual se declarara unida “para desafrontar a honra nacional”, propondo o boicote a “transações com casas inglesas”. Na mesma solenidade, fora “aprovado um voto de gratidão à imprensa brasileira, pelo modo simpático” pelo qual tratara o tema em pauta¹⁸.

Na última edição daquele mês, o periódico sulino publicou a matéria denominada “Questão anglo-portuguesa”¹⁹. Ela tratava da continuidade das agitações em Portugal, no qual “os ânimos” permaneciam “muito excitados”, encontrando-se a polícia “impotente ante a exasperação do povo”. O jornal narrava as várias reações ao ultimato no seio da sociedade lusa, em quadro pelo qual “todas as classes” procuravam “à porfia provar publicamente a sua reprovação e ressentimento para com a Inglaterra”. Segundo a folha, em Portugal, “o estado de ânimos” era “ameaçador”, pois “o povo, possesso”, não olhava “mais a considerações, procurando por todos os modos irrogar afrontas à Grã-Bretanha”. Esclarecia ainda que o conjunto das manifestações era “imponente, sendo recebido em toda a parte com entusiásticas aclamações”. Dessa maneira, o *Diário do Rio Grande* encerrava sua abordagem do tema em pauta, não deixando de também manifestar simpatia pelo lado português da questão.

Echo do Sul

O *Echo do Sul* foi um dos mais longevos jornais rio-grandinos, tendo circulado no Rio Grande de 1858 a 1934. À

¹⁸ DIÁRIO DO RIOGRANDE. Rio Grande, 30 jan. 1890, a. 42, n. 12184, p. 2.

¹⁹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 31 jan. 1890, a. 42, n. 12185, p. 1-2.

época monárquica defendeu desde o início o ideário conservador, chegando a constituir órgão partidário, com veemência promovendo as ações de seus aliados e atacando os adversários. A partir da proclamação da República, depois de um breve período de apoio ao novo status quo, foi se colocando na oposição ao modelo autoritário que se firmava. Além de oposicionista, o *Echo* se colocou mesmo na resistência ao regime ditatorial, mormente o sul-rio-grandense, sofrendo com vários atos persecutórios por causa de tal postura. Já no século XX, adotou uma prática independente, sem perder de todo o veio oposicionista, até o seu desaparecimento (ALVES, 2002, p. 271-363).

A abordagem do *Echo do Sul* acerca do desentendimento diplomático luso-britânico também levou em conta diversas transcrições. Nesse sentido, na primeira inserção acerca do tema, o periódico reproduzia a mesma matéria apresentada pelo *Artista*, cuja abertura trazia uma frase carregada de fina ironia, ao referir-se aos periódicos europeus e os detalhes que traziam acerca do conflito “entre Portugal e o seu fiel aliado”²⁰. Já na edição seguinte, o *Echo* dedicou um editorial para tratar da questão, sob o título “O ultimato”²¹. Em tal artigo de fundo, o jornal rio-grandino dizia que não estariam “positivamente em bom pé as relações luso-britânicas”, o que poderia ser “claramente” inferido a partir “do fato de haver o governo inglês dirigido um ultimato ao governo português”, para intimá-lo “a desistir de quaisquer pretensões no sul da África e a prestar satisfação pelo conflito ultimamente ocorrido”.

Fazendo referência à matéria publicada na edição anterior, o editorial do *Echo* lembrava que fora publicado em suas páginas “um artigo em que os sucessos estão

²⁰ ECHO DO SUL. Rio Grande, 17 jan. 1890, a. 37, n. 13, p. 1.

²¹ ECHO DO SUL. Rio Grande, 18 jan. 1890, a. 37, n. 14, p. 1.

miudamente historiados e explicados”. Realizando um prognóstico, a folha rio-grandina anunciava que antevia “o resultado da atitude britânica”, ou seja, “Portugal, nação sem elementos para manter a força do seu direito pelo direito da força”, viria a ceder “a todas as exigências da altiva Albion”, dando “novo rumo às suas civilizadoras explorações na África” e “efetuando novas descobertas, para que mais tarde a Inglaterra as sofisme e usurpe”. De acordo com o diário sulino, a Europa assistia “muda e queda ao grande vexame imposto à dignidade do velho país peninsular”, enfatizando que se tratava exatamente da Europa, para a qual Portugal ensinara “quase todos os caminhos da África” e, naquele momento, cruzava “os braços diante do sucesso, permitindo que a consciência da força suplante a consciência do direito”.

A respeito dessa postura dos países europeus, o *Echo* declarava que não chegaria a exigir “que as poderosas nações do antigo continente metessem mãos hostis aos peitos da Inglaterra”, de modo a “constrangê-la ao menos a respeitar” o que haveria “de sagrado na fraqueza material de um povo”, o qual não poderia, “se não a custo de um verdadeiro suicídio, defender a sua causa”. Entretanto, opinava que seria “de esperar que, em homenagem aos grandes princípios de solidariedade internacional, consagrados nas modernas relações continentais”, aqueles países viessem a intervir “no conflito para evitar a Portugal a humilhação de aquiescências”, pelas quais fosse “coagido à abdicação de direitos incontroversos”.

Citando outro caso de confrontos diplomáticos em terras africanas, o *Echo do Sul* comentava que, à época, Portugal ficara “inteiramente isolado, e raros foram os grandes jornais europeus em que a sua causa encontrou as simpatias de espíritos justiceiros e desprevenidos”, uma vez que “o prestígio britânico tudo absorveu, desde as atenções

até aos entusiasmos genuflexos de escritores”, os quais só reconheciam “a grandeza da força e a força dos *grandes*”. Ainda a respeito de tal episódio pretérito, o *Echo* destacava que então Portugal vencera, “tão palpável era a justiça da sua causa” e “tão evidente era a razão que lhe assistia, que o próprio contendor viu-se na contingência de desistir ao prosseguimento da pendência, a título de *equidade*”.

Reportando-se a tal caso, o jornal rio-grandino explicava que “a grande potência insular” não teria “razão para ser agora menos *equitativa*”, já que, “segundo se depreende do histórico da nova questão, a justiça está do lado de Portugal”. Detalhava que a ação lusa na África constituía “uma justa represália” contra os ingleses, que concitaram os moradores locais “à revolta contra o protetorado lusitano”. O *Echo* citava ainda um telegrama oriundo de correspondente na Europa, de acordo com o qual “o governo inglês, não satisfeito com o ultimato enviado” às autoridades lusas, poderia avançar em direção a outros territórios coloniais afro-lusitanos.

Na concepção do *Echo do Sul*, fosse “por espírito de conquista e usurpação”, fosse “por espírito de represália”, deveriam ser consideradas “ilusórias todas as garantias do direito de posse na África”, que tivessem sido “estabelecidas nos pactos internacionais celebrados nas recentes conferências europeias”. Em tom de cobrança, o jornal defendia que a Europa, até então “silenciosa e expectante, não poderia tolerar a consumação de semelhante violência”, a não ser que reconhecesse “implicitamente à Inglaterra o direito de despedaçar a seu talante a jurisprudência internacional” voltada “à conquista e posse de territórios africanos e de restaurar no continente de fogo a política da usurpação armada”, a qual havia muito que tinha sido “relegada da história dos costumes e das relações dos povos cultos”.

Nessa linha, o *Echo* sentenciava que “a arma” empregada pela Inglaterra na África, “teria dois gumes, e, no caso que as potências consentissem no golpe, não seria difícil que um dos dois gumes algum dia” viesse a ferir “também os seus interesses coloniais” naquele continente. Diante disso, a folha dizia que hesitava “em acreditar” naquela “estupenda versão”, pois, ainda que nada lhe espantasse “em matéria de política europeia”, não poderia “todavia aceitar a possibilidade de uma violência, por efeito da qual a Inglaterra poderia” a “qualquer dia mandar comodamente a Lisboa uma esquadra para tomar posse de Portugal”. Nesses termos, o periódico rio-grandino concluía seu editorial, comentando que não pareceria “simpática a atitude britânica em face da impotência material da veneranda nação peninsular”, de modo que seria “de crer que o governo inglês, refletindo na inconveniência de impor humilhações aos fracos”, viesse a reconsiderar “a sua conduta, sendo mais uma vez equitativo e consciencioso”.

Retornando às transcrições, o *Echo* publicou a matéria “Conflito anglo-português (pelo correio/pelo telégrafo)”²². A coluna apresentava notas acerca da troca de documentos entre os governos inglês e luso, versando acerca de suas respectivas ações na África. Noticiava também que em Portugal reinava “grande exaltação”, passando “a multidão a noite nas ruas”, havendo também “um grande grupo de populares” que assaltara “a legação inglesa, praticando atos violentos”. Destacava ainda que iniciara “a organizar-se uma liga patriótica e internacional contra o comércio inglês”, bem como o fato de estar “organizado novo gabinete português”, o qual estaria “disposto a fazer ao governo inglês as concessões que sejam compatíveis com a dignidade de Portugal”. Foi também transcrita nota

²² ECHO DO SUL. Rio Grande, 21 jan. 1890, a. 37, n. 16, p. 1-2.

impressa junto ao jornalismo francês, segundo a qual “a imprensa unânime condena a política seguida pela Inglaterra” para com Portugal, uma vez que esta não poderia “resistir às exigências britânicas”, as quais seriam “unicamente um pretexto para apoderar-se” das possessões lusas.

Em outra edição, apareciam novas notas obtidas por meio do telégrafo sobre o confronto diplomático²³. As notícias referiam-se à “estrondosa manifestação contra a Inglaterra” que se espalhava através de Portugal, por vezes com dificuldades de controle de parte das autoridades públicas. Também descreviam ação de associação comercial “para promover a liga contra as mercadorias inglesas, procurando os comerciantes outros centros produtores”, e havendo o pedido de “adesão dos portugueses no Brasil” a tal medida. Eram também expressas manifestações de “vários jornais europeus simpáticos a Portugal”, bem como eram apontadas descrições acerca de possíveis bombardeios britânicos às colônias lusas na África.

Já no editorial intitulado “O conflito anglo-português”²⁴, o *Echo* fazia um diagnóstico da situação, observando-a sob o prisma da geopolítica e do imperialismo. Nesse sentido, tomando por base informações veiculadas junto ao periodismo francês, a folha rio-grandina considerava que “a pendência anglo-portuguesa” constituiria “a revelação exterior de um vasto plano de evolução e de conquista colonial, urdido entre a Inglaterra e a Tríplice Aliança”. Segundo o periódico, tal constatação explicaria “a atitude indiferente da Alemanha diante dos sucessos”, explicando que havia tempos que se tornara perceptível que a política germânica “tendia abertamente a

²³ ECHO DO SUL. Rio Grande, 24 jan. 1890, a. 37, n. 19, p. 1.

²⁴ ECHO DO SUL. Rio Grande, 25 jan. 1890, a. 37, n. 20, p. 1.

atrair a Inglaterra, primeira potência marítima a uma aliança ofensiva e defensiva”, de modo a “contrabalançar o poder naval da Rússia e da França reunidas”. Nessa linha, argumentava que fora fácil para a Alemanha “conseguir em parte esse desiderato, aproveitando habilmente o velho antagonismo anglo-moscovita”, para fazer “crer à Inglaterra que nunca poderia, isoladamente, consolidar o seu domínio exterior”.

Completando o quadro de interesses geopolíticos, o *Echo* explicava que “a Áustria e a Itália conservavam-se silenciosas e impassíveis durante a urdidura deste plano”, pois, “naturalmente, tinham interesse em ver a Tríplice Aliança engrossada pela adesão britânica”, e sabendo “previamente que este fato conduziria à partilha do continente negro”, esperando o “alargamento dos seus domínios coloniais na África”. Nesse sentido, apontava que, “de um aparente jogo de política continental”, surgira “a questão africana e com ela o retraimento da Alemanha”, que não partira em defesa dos lusos. Perante tais constatações, o jornal rio-grandino demonstrava intensa insatisfação, exclamando acerca das “monstruosidades” que estariam a jorrar “do ventre da política europeia”.

De acordo com tal perspectiva, o diário rio-grandino afirmava que a Tríplice Aliança tomava “a forma abstrusa de uma coalizão destinada a garantir a violação de princípios e direitos estabelecidos e definitivamente firmados”. Dessa maneira, considerava que “a partilha da África” estava iniciada e não seria “difícil que a Inglaterra chegue aos seus fins”, ou seja, “os de fazer prevalecer a sua avidez de domínios sobre os direitos de Portugal, para senhorear a África Central e Oriental”. Na opinião da folha, parecia não mais importar que os “direitos garantidos pela posse de séculos, pelo descobrimento ou pela adesão espontânea das tribos selvagens”, pois “o essencial” seria que a Inglaterra

abrisse “caminho a todos os rumos”, bastando-lhe dizer “isto é meu! para que efetivamente” o fosse. Na mesma linha, o periódico apontava que aquela conjuntura parecia garantir “aos exploradores e agentes, o direito de *britanizar* os territórios alheios”, apenas com “a simples e sumária operação de cravar neles um pau com um farrapo no tope”.

Com ironia, o *Echo do Sul* buscava demonstrar qual seria a percepção britânica diante da África portuguesa, questionando se haveria “direito de posse para uns fracalhões como os portugueses... uns biltres que há quatro séculos assaltaram aquele mundo de fogo”, onde tiveram “a ousadia de fundar cidades, vilas, aldeias, fortalezas, com o apêndice incrível de cerca de 500 quilômetros de estrada de ferro”. Mantendo a toada, o periódico lembrava se haveria garantias para “uns pobretões, enfim, que deram na mania de civilizar os bárbaros, quando o justo e o necessário seria tiranizá-los e espingardeá-los”, como teriam feito antes os ingleses.

Os comentários do jornal sulino voltavam a concentrar-se na geopolítica internacional, explicitando que, se ao invés de Portugal, “se tratasse da Rússia ou da França, o caso mudaria de figura”, pois estas possuíam “a *essência* de todos os direitos, isto é, grandes exércitos aguerridos, encouraçados e torpedeiras”, uma vez que, “a *essência* do direito, segundo a casuística britânica”, era “a força material”. Em defesa dos lusitanos, a folha argumentava que Portugal seria “a terceira potência colonial do mundo e para alcançar essa posição” fora-lhe “mister trabalhar quatrocentos anos em descobrimentos e conquistas, aos quais sacrificou muitas riquezas e vidas”. No mesmo sentido, sustentava que os lusos fundaram “na África um estado de civilização próspero”, no qual vinham se destacando “seus preclaros filhos”, que teriam ido “alargar o mundo cristão e civilizado”, preparando “as caravanas

selvagens para o grande batismo da civilização e do trabalho”.

Para o diário rio-grandino, “a essa missão eminentemente humana” dos portugueses, vinha opor-se “a ambição inglesa”, já que a Grã-Bretanha não poderia “reconhecer aos fracos o direito de civilizar pacificamente”, pois ela estaria a mandar “a civilização à África e à Índia nas pontas das baionetas e nas balas dos seus fuzis de precisão”. Argumentava que os britânicos queriam ampliar seus domínios no território africano e tinham “por diante o estorvo insignificante das possessões lusitanas”, de modo que “nada” custaria “remover o obstáculo”. Diante disso, exaltava pelo fato de Portugal estar a reagir “nobremente contra a tentativa da estúpida violência”, mas, em contrapartida, “a veneranda nação peninsular” recebia a ameaça de ter suas colônias africanas bombardeadas pelos britânicos.

Em tom desafiador, o *Echo* declarava que os ingleses poderiam bombardear “todo o litoral português na África”, se lhes aprouvesse e tivessem “balas para tanto”, mas deveriam ficar certos “de que desalojando Portugal, à força, das suas possessões”, não conseguiria desalojá-lo “do seu direito”. Argumentava que a Alemanha, que urdira aquela “situação inconcebível”, não poderia “retroceder aos princípios que outrora proclamava contra a audácia britânica”, mas lá estaria “a França, o grande coração do mundo latino, para fazer prevalecer no momento decisivo a grande causa da justiça”. E concluía afirmando que “a Inglaterra, com as suas colônias, com as suas poderosas esquadras”, era “grande e forte, mas muito maior e muito mais forte” seria “o direito”, que ela pretendia “abater e esmagar com as balas dos seus canhões, bombardeando as cidades portuguesas”.

Mais tarde, o *Echo do Sul* voltaria ao tema, publicando outro editorial sob o título de “A intervenção”²⁵, o qual tratava da política internacional perante a questão anglo-lusa. Nesse contexto, destacava que “a França, a Espanha e a Rússia” teriam acabado “de protestar contra a tentativa de usurpação, por parte da Inglaterra, dos territórios pertencentes a Portugal” na África. Na opinião do jornal, “a intervenção destas grandes potências” punha “água fria nas fervuras do entusiasmo britânico”, fazendo “prever que, no caso de guerra, o venerando país peninsular não seria impunemente devorado pelo colosso albiônico”.

O periódico sul-rio-grandense dizia ter “o pressentimento de que em plena Europa e em pleno dia da civilização, não poderia vingar a funesta política da violência ao direito do mais fraco”, sem que fosse ouvido “o protesto da consciência universal pela voz potente de Estados alheios a essa confabulação internacional conhecida sob a denominação de Tríplice Aliança”. O jornal previa que, em futuro próximo, haveria a possibilidade de “outras nações europeias” juntarem “a sua voz a das potências interventoras”, bem como, “mais tarde, toda a América Latina e Anglo-Saxônica” subscreveriam “ostensivamente o protesto da consciência do direito contra a consciência da força, em defesa da integridade dos princípios sobre os quais a Inglaterra” pretendia “colocar as patas dos seus leões simbólicos”.

O *Echo* ainda previa que chegaria “a hora solene das grandes reivindicações, por oposição às cruezas e arrogâncias da força, cujas tradições” estariam estratificadas “no penhasco de Gibraltar”, o qual pesava “com todo o enorme peso da sua massa granítica sobre a dignidade da razão e da justiça”. Também alertava, avisando que não

²⁵ ECHO DO SUL. Rio Grande, 29 jan. 1890, a. 37, n. 23, p. 1.

deveria pensar “a altiva Albion”, que, “para comodidade dos seus instintos usurpadores, a tradição da violência, iniciada às portas do Mediterrâneo e continuadas” pelos continentes asiático e africano, haveria de “perpetuar-se indefinidamente na história da civilização, sem que o direito” viesse a reivindicar “os seus foros numa revolta do espírito universal”.

Mantendo o tom, a folha rio-grandina afirmava que “essa sinistra política colonial de usurpação e de conquista à mão armada”, que estaria “assoberbando na África direitos garantidos pelo fato da posse secular”, haveria “de custar à Inglaterra amargas decepções”, caso ela não mudasse “de sistema, submetendo-se à fé da jurisprudência definitivamente consagrada”. De acordo com tal concepção, a Grã-Bretanha poderia continuar exercendo seu poder “em todos os mares”, mas “o espírito de violência” não poderia “vingar”, já que o caso não se estendia “exclusivamente com os direitos indiscutíveis e incontroversos de uma nação pequena e fraca”, e sim “com a fé dos princípios” que regulavam “as relações da comunidade europeia”, constituindo “a garantia e a essência dos direitos de todas as nações civilizadas”.

Diagnosticando o conflito e suas repercussões, o *Echo do Sul* argumentava que, “lendo as manifestações simpáticas da imprensa francesa e espanhola na questão anglo-portuguesa”, ficara compreendido “que a opinião unânime daqueles povos estava a impelir os respectivos governos para o grande ato de justiça e de solidariedade internacional”, o qual fora “telegraficamente comunicado”. Explicava que “a adesão da Rússia” explicava-se “por um movimento da consciência insurgida contra a violenta política” inglesa e “contra os manejos subterrâneos da Alemanha”, a qual urdira “a trama da Tríplice Aliança”,

ficando “embaraçada nas teias dessa sigilosa conspiração continental”.

Com um espírito de cobrança, o diário rio-grandense lamentava “que a Itália, a filha primogênita do antigo mundo latino”, estivesse “metida nesse conluio sinistro”, o qual acoroçoava “as incontinências da ambição inglesa”. Segundo a folha, não se poderia explicar tal “anomalia da Itália se não como um efeito dos seus vínculos histórico-geográficos com a Áustria”, a qual, “roída pelo cancro da heterogeneidade das raças nativas”, estava “fatalmente condenada a acompanhar e a associar-se a todas as evoluções misteriosas da política germânica”. Manifestava em seguida o prognóstico de que “tudo” fazia “crer que as coisas” marchavam “no velho continente para um monstruoso pugilato de raças”, e clamava que não surgisse na África “a centelha” que haveria “de propagar o incêndio”.

Na visão do jornal, a “contenda entre Portugal e Inglaterra” tomara “um aspecto gravíssimo pela intervenção das potências que protestaram contra a usurpação” das posses lusas na África, de modo que seria previsível a “muito temida conflagração europeia, se a poderosa rainha dos mares não estivesse habituada a evacuar o terreno das pendências”, quando sentia “a voz imponente dos fortes”, ou seja, daqueles que poderiam “bater o pé e intimidar as suas coragens tão insolentes com os fracos”. Diante de tal quadro, o periódico opinava que “o pequeno Portugal” estaria a ganhar naquele “momento uma grande vitória moral sobre o inimigo que, sob a investidura hipócrita de *aliado*”, vinha lhe impondo, “no decurso de um século as mais irritantes humilhações e os mais pesados sacrifícios”.

O *Echo* defendia que “a nobre nação peninsular” tinha “por si e pela sua causa o apoio da consciência universal, expresso nas manifestações de simpatia de todos os povos cultos, em ambos os hemisférios”. Desse modo,

previa que, qualquer que fosse “o desenlace desta pendência”, morrendo “esmagada sob a clava de ferro do gigante insular”, ou triunfando, ao lutar “até a última gota do seu generoso sangue”, haveria de “permanecer glorioso e imortal o seu direito”, visto que o mesmo seria “inacessível às balas dos canhões ingleses”. Em conclusão, declarava que aquele enfrentamento assinalaria “na história contemporânea o insucesso da força bruta contra as heroicas resistências do patriotismo”, de modo que “seria possível que Portugal burilasse também na história idêntica tradição, se as três potências interventoras”, não viessem a meter “mãos ameaçadoras aos peitos de John Bull”.

Já ao final de janeiro de 1890, sob o título “O conflito anglo-luso”²⁶, o jornal publicava uma pequena nota acerca da disputa diplomática, ressaltando mais uma vez o apoio internacional a Portugal. A referência era a uma reunião ocorrida em Madri, na qual teriam comparecido milhares de pessoas para “ouvir diversos oradores, no meio de profundo silêncio”. Detalhava que os palestrantes “historiaram os incidentes havidos entre Portugal e Inglaterra”, confirmando “os direitos daquele” e expondo “o procedimento iníquo” deste, vindo a concitar “os espectadores a manifestarem-se em favor de Portugal”, pelos “seus direitos”, os quais “se pretendia espoliar”. Narrava o periódico que, “a enorme multidão prorrompeu em vivas a Portugal”, dando “arras de acompanhá-lo na reivindicação de seus domínios e na desafronta das ofensas que porventura a Inglaterra lhe dirigisse”. Dessa forma, o *Echo* concluía sua campanha de editoriais, transcrições e notas amplamente favoráveis à causa lusitana.

#####

²⁶ ECHO DO SUL. Rio Grande, 30 jan. 1890, a. 37, n. 24, p. 1.

Assim o conjunto da imprensa rio-grandina adotou uma postura amplamente favorável a Portugal diante do conflito diplomático com a Grã-Bretanha. A nação lusa foi apresentada como amplamente amparada no direito internacional, notadamente pelo longo processo histórico de sua presença na África. Já a Inglaterra foi vista como uma usurpadora, que estaria a apropriar-se de um território que não seria seu, e também como uma prevalecida, que se aproveitava de sua força bélica para constranger e fazer valer a sua vontade diante de um país mais fraco. O jornalismo brasileiro já tinha experiência em cruzadas antibritânicas, como as movidas na década de 1860, por ocasião da Questão Christie, reproduzindo ao menos em parte algumas das reações à diplomacia da canhoneira colocada em prática pelos ingleses.

Os jornais do Rio Grande mostravam uma compreensão mais ampla das disputas imperialistas de então, no intento de fatar o território africano. Mesmo aceitando o imperialismo como um fenômeno natural, uma vez que não aparecia nenhuma crítica ao domínio dos povos africanos, o periodismo sulino não concordava com a expansão britânica, considerada ambiciosa e desmesurada. Não deixava de haver em meio a tais repercussões uma certa ingenuidade, ao imaginar que Portugal teria condições de manter um enfrentamento bélico com a Inglaterra, ou ainda que boicotes econômicos às atividades mercantis inglesas pudessem ser duradouros e efetivos. Ainda assim, o acolhimento da causa lusitana e a denúncia das práticas expansionistas e da diplomacia da força por parte da Grã-Bretanha constituíram a base das informações/opiniões expressas pelo jornalismo rio-grandino acerca do ultimato de 1890.

A imprensa rio-grandina diante da Questão *Panther*

O jornalismo praticado na cidade do Rio Grande foi um dos mais relevantes no contexto provincial/estadual e nacional durante significativa parte do século XIX. Na centúria seguinte, tal processo passaria por progressiva reversão, pois as recorrentes conjunturas de crise/estagnação socioeconômica pelas quais a urbe passaria trariam reflexos também no desenvolvimento do periodismo. No início do século XX, tais dificuldades já faziam sentir seus efeitos, mas os três principais diários – *Artista*, *Diário do Rio Grande* e *Echo do Sul* – continuavam a existir, somando-se a eles *O Intransigente*. Nas páginas desses periódicos, cada qual com seus padrões editoriais, houve amplo espaço para a divulgação de temas voltados à conjuntura internacional em geral, e, em particular, aos assuntos de política externa nos quais o Brasil estivesse envolvido. A querela diplomática germânico-brasileira envolvendo a canhoneira alemã *Panther* foi um desses casos.

A Questão *Panther* ocorreria em um momento de transformações na política externa brasileira. Desde a proclamação da República, os novos detentores do poder buscaram reverter o eixo das relações exteriores brasileiras, voltando-o em direção à América. Quase que como uma antinomia aos tempos monárquicos, os governantes republicanos queriam mudar a posição do Brasil

considerando que, até então, ele estivera de costas para o continente americano. As ideias pan-americanas ganhariam relevo a partir de então, mas, muitas vezes, as atitudes não eram das mais práticas, pois não ultrapassavam os discursos estéreis e as festividades vazias em conteúdo. A aproximação continental, em verdade, se dava em relação aos Estados Unidos, cada vez mais um crescente consumidor do café brasileiro, dando-se os primeiros passos daquilo que se concretizaria nas décadas seguintes com a alocação do Brasil na esfera de influências estadunidense. Nesse contexto, por vezes, surgiria um certo antagonismo para com o continente europeu, buscando-se a superação daquilo que chegou a ser considerado como um anacronismo advindo das heranças monárquicas.

O transcorrer do caso *Panther* se daria mais especificamente durante o período em que Rio Branco esteve à frente da pasta das relações exteriores brasileiras, mantendo como intentos fundamentais a solução das questões das fronteiras nacionais, uma melhor colocação do Brasil no contexto internacional e manter um certo pragmatismo nas inter-relações com os Estados Unidos. Nesse sentido, houve alguns enfrentamentos com países europeus, mormente no que tange às disputas por regiões lindeiras. Além disso, essa época representava um dos ápices do imperialismo europeu em direção à África, Ásia e Oceania, causando certa desconfiança de parte dos países americanos. A presença de uma nau alemã – uma das nações mais ativas naquelas práticas imperialistas – no litoral sul-brasileiro acabaria por acirrar tais suspeitas.

Esse episódio da vida diplomática brasileira se desencadearia a partir de novembro de 1905, quando a canhoneira germânica *Panther* chegou ao porto da cidade catarinense de Itajaí. Alguns dias depois, militares da embarcação, sem autorização oficial, adentraram a comuna

em busca de um propalado desertor, vindo a prender um cidadão de nacionalidade alemã. Tal atitude viria a gerar protestos de autoridades governamentais locais e estaduais, acarretando em reflexos no parlamento nacional e na imprensa de várias cidades brasileiras, exigindo a participação das autoridades que geriam as relações exteriores na busca de soluções e/ou, ao menos, contemporizações. O comportamento do comandante do navio alemão era contrário às normas internacionais, vindo a gerar um incidente diplomático entre o Brasil e o Império Alemão (CERVO & BUENO, 2002, p. 183).

A *Panther* representava um dos principais motores do imperialismo germânico, tendo já realizado incursões em várias partes do mundo, contribuindo na promoção de práticas intervencionistas. Foi o caso ocorrido em 1900, quando invadiu águas territoriais do Haiti e São Domingos ameaçando as duas repúblicas de dominação sob o fogo de sua artilharia. Mais tarde, em dezembro de 1902, também advertiria outro país americano, a Venezuela. E, em março de 1905, o imperador Alemão Guilherme II desembarcava em Tanger com a *Panther*, provocando uma crise que levaria a Europa à beira da guerra. A 17 de novembro de 1905, a belonave alemã entrava no porto de Itajaí, sem autorização do governo brasileiro e a população local renderia homenagens à tripulação durante nove dias. Posteriormente, a 27 de novembro, oficiais da embarcação atentariam contra a soberania brasileira, invadindo domicílios, inclusive usando de violência, à procura de um suposto desertor do navio, de nome Hassmann. Entretanto, levaram preso, sem explicações, o alemão Steinhoff, em trânsito pelo Brasil (JOFFILY, 1988, p. 27-28).

Já no dia 5 de dezembro de 1905, a *Panther* deixava Itajaí em direção ao sul. A reação da imprensa e de autoridades governamentais catarinenses ganhou eco e o

fato, considerado como um atentado à soberania brasileira, foi tema de debate no Congresso Nacional. Além disso, protestos ocorreriam em várias localidades brasileiras, como no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e na cidade do Rio Grande. O assunto se agravaria e acabaria por ser tratado também pelo chanceler Rio Branco e chegaria mesmo nos Estados Unidos, através do representante brasileiro Joaquim Nabuco. A 10 de dezembro, o cruzador *Barroso* aguardaria o *Floriano*, no porto do Rio Grande para abordarem a *Panther* e receberem o prisioneiro e as explicações necessárias. Ocorreriam apurações dos fatos e inquéritos e a situação tomou tal vulto que o Ministério das Relações Exteriores teria, inclusive, a 12 de dezembro, de desmentir notícias sobre um pedido de interferência americana de parte do Brasil, fato que aguçaria ainda mais os debates. A 17 de dezembro, o imperador alemão receberia relatório do comandante Conde Saurna, concluindo que os oficiais e a tripulação se excederam no cumprimento das ordens e, já em janeiro do ano seguinte, a embaixada alemã divulgava que os possíveis culpados seriam submetidos a inquérito da justiça militar germânica (JOFFILY, 1988, p. 28-30). Os periódicos da cidade do Rio Grande acompanharam o desenrolar desse processo histórico (versão ampliada de ALVES, 2012, p, 123-146).

Artista

Por ocasião das reações do *Artista* diante da questão da canhoneira *Panther*, na virada de 1905 para o ano seguinte, o periódico vivia uma nova etapa em sua linha editorial e feições gráficas, intentando implementar a alocação de caricaturas em sua página inicial. Tal iniciativa advinha da intenção de adaptar-se aos novos tempos que adentrava o jornalismo, de modo que a inserção de

caricaturas representaria uma tentativa de trazer um novo atrativo ao público leitor. Essas mudanças eram encaradas pelo próprio jornal como uma “nova fase”, que foi inaugurada a 15 de dezembro de 1905. Já no editorial dessa data a publicação buscava demarcar os novos rumos²⁷. Afirmava a folha que na nova etapa em que entrava, apresentava-se ao público como órgão essencialmente popular, portanto, sem filiações partidárias, indo ao encontro da propalada independência, que se tornava quase que um chavão entre muitos dos jornais da época.

Declarava que pretendia lutar pelo povo e, se o povo lhe tivesse amor, ufano poderia dizer como o nobre cavaleiro antigo que, ao voltar das rudes pelejas, oferecia a frente ao beijo do Patriarca de Atenas: “Esta é a minha legítima glória”. A folha destacava também que todas as classes, à frente das quais estariam o comércio e a indústria, como sólido fator do progresso que pelo trabalho fecundo e pela atividade criadora engrandeciam o Rio Grande – alvo dileto dos afetos e devotamentos do jornal – teriam as energias e as dedicações do *Artista* para servi-las com desinteresse e altivez. Alertava, porém, que não queria fazer maiores promessas, pois a sua atuação na imprensa do Rio Grande – ação que deveria ser sempre honesta e digna, generosa e elevada – teria mais positiva eloquência do que teriam quaisquer prometimentos que naquele momento fossem feitos.

Uma das primeiras referências do *Artista* à *Panther* foi na forma de breve nota²⁸, informando que a canhoneira alemã deveria entrar à barra no dia seguinte, devendo ser recebida por “comissões alemãs” e, após a visita médica,

²⁷ ARTISTA. Rio Grande, 15 dez. 1905, a. 44, n. 279, p. 1.

²⁸ ARTISTA. Rio Grande, 5 dez. 1905, a. 44, n. 273, p. 1.

viria ancorar no porto citadino. Na edição seguinte²⁹, o jornal destacava que a embarcação se tratava de uma canhoneira de 1ª classe, podendo ser classificada como cruzador. Explicava que o navio não vinha fazer visita, nem ao país, nem à colônia germânica nele domiciliada, uma vez que estava na América em viagem de instrução e, nesse caráter, não poderia receber festejos ostensivamente públicos, pois navegava em missão oficial, mas privada. Nesse sentido, a folha fazia alusão a uma festa organizada pela colônia alemã, que iria respeitar aquelas condições expressas. Finalmente, o diário rio-grandino esclarecia que a *Panther* não dava salvas nos portos em que chegava, por ser isso expressamente proibido pelo respectivo regulamento, dadas as condições em que viajava.

À chegada da belonave foi noticiado pelo *Artista*³⁰, detalhando as embarcações que receberam o navio, contando com comissão da colônia alemã e banda musical. Informava ainda que os consulados e navios surtos no porto tinham se embandeirado, ostentando também bandeiras em suas frontarias várias casas comerciais e particulares. No dia seguinte³¹, a folha rio-grandina trazia uma pitoresca notícia transcrita de outro jornal, segundo a qual dois oficiais alemães em Santa Catarina tinham se interessado por cartões postais, em especial por um de uma escola pública na cidade de Joinville. Um deles teria perguntado se naquele estabelecimento seria admitido o ensino da língua portuguesa e, diante da resposta positiva, teria agido grosseiramente, atirando com violência o cartão postal para cima do balcão.

²⁹ ARTISTA. Rio Grande, 6 dez. 1905, a. 44, n. 274, p. 1.

³⁰ ARTISTA. Rio Grande, 7 dez. 1905, a. 44, n. 275, p. 1.

³¹ ARTISTA. Rio Grande, 8 dez. 1905, a. 44, n. 276, p. 1.

A primeira referência ao desentendimento diplomático ocorreria na edição de 9 de dezembro³², quando o “Serviço Especial do *Artista*” anunciava como “grave” e divulgava telegramas da capital federal, informando que em tal localidade a população continuava vivamente impressionada com a ação dos oficiais e marinheiros da *Panther* de busca e apreensão em Santa Catarina. Dizia que a indignação era geral, estando a imprensa a tratar calorosamente o insólito ultraje feito à soberania do Brasil, sendo o governo aconselhado a agir com a máxima energia em desagravo dos brios nacionais, pois o povo estaria a exigir completa satisfação do insulto feito ao país. O jornal fazia ainda referência à ação do executivo brasileiro e à possível preparação de uma esquadra, além de destacar vários boatos sobre uma ruptura de relações entre Brasil e Alemanha.

Após três dias de interrupção na sua circulação, usados para a preparação de sua reforma editorial, a seguinte incursão do *Artista* ao caso diplomático se daria exatamente na mesma edição na qual a folha anunciava sua “nova fase”, através do artigo “A propósito da *Panther*”³³. Segundo o jornal, o incidente da canhoneira alemã fora para o Brasil um bom aviso, embora tivesse surgido sob feição grave e alarmante. Considerava que, sob o pavilhão germânico, se fizera insólito e brutal ultraje à soberania brasileira, “sempre gloriosamente mantida e respeitada”. O periódico apresentava uma versão sintética acerca do imperialismo praticado pelos países europeus e destacava o antagonismo do Império Alemão com várias outras nações. Era ainda razoavelmente tranquilizadora a postura da folha, argumentando que até aquele momento não se poderia

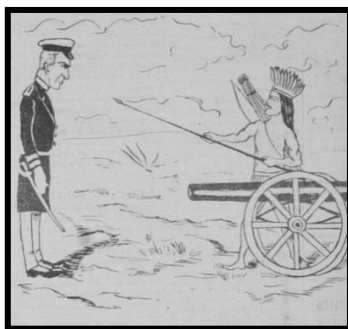
³² ARTISTA. Rio Grande, 9 dez. 1905, a. 44, n. 277, p. 2.

³³ ARTISTA. Rio Grande, 15 dez. 1905, a. 44, n. 279, p. 1.

temer absolutamente que contra o Brasil se abatesse o perigo alemão, muito embora tivesse ele ousadamente mostrado as garras.

A partir de tal constatação, a publicação rio-grandina faria forte manifestação no sentido da necessidade do país buscar uma reorganização militar, constituindo aquele episódio exemplo vivo de uma carência bélica, bem como mostraria exemplos de outros países que se afirmavam pelo potencial guerreiro. Mesmo que considerasse louvável o caráter pacifista brasileiro, o jornal vaticinava sobre os sempre presentes perigos da guerra, de modo que aquela reorganização seria a magna questão que se impunha ao dever e ao patriotismo do governo da República. Segundo a folha, tal atitude estaria acima de todas as pendências da política interna, pois significaria a simbolização da integridade e da grandeza da pátria, de modo que todos deveriam ser, antes de tudo, apaixonadamente brasileiros.

No mesmo dia, o periódico publicava as primeiras manifestações caricaturais a respeito do tema em debate. Em uma das caricaturas era apresentado um indígena, representando o Brasil, que, em postura ameaçadora, de lança em riste e próximo a um canhão, interpelava o comandante germânico exigindo o retorno do indivíduo aprisionado e fazendo um trocadilho com o nome do militar: *(O Brasil) – Entregue o Fritz Steinoff, sr. Conde de Sarna. Não procure sarna para se coçar...* Tal questão diplomática era ainda tratada em outra caricatura, na qual o “Zé Povo”, tradicional representante do homem comum brasileiro, se prestava a ajudar na querela, oferecendo ao Ministro das Relações Exteriores – Barão do Rio Branco – uma tesoura para cortar as asas da ave que pairava no ar, representando o Império Alemão: *(O Zeca Povo) – Bravo, Barão do Rio Branco! Tome v. ex. esta tesoura para aparar as asas da águia alemã... que é uma “ave” grandíssima!* [Figuras 1 e 2].



- Figura 1 -



- Figura 2 -

No dia seguinte, a publicação rio-grandina editaria um conjunto de caricaturas envolvendo o caso *Panther*³⁴. No primeiro desenho, o Barão do Rio Branco era mais uma vez o personagem central de modo que, vestido à gaúcha, o chanceler montava uma pantera, domando-a, sob o aplauso do povo brasileiro: *No balanço – Bravíssimo, Barão! Aguenta-se no balanço da Panthera e não afrouxe... as esporas...* Outra caricatura sobre a querela diplomática mostrava dois indivíduos representantes das camadas populares conversando sobre a presença da embarcação germânica e comparando-a com a visita de um navio luso, considerado

³⁴ ARTISTA. Rio Grande, 16 dez. 1905, a. 44, n. 280, p. 1.

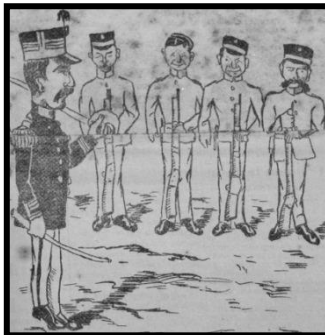
aquele acontecimento como desagradável: *Um diálogo* – *A vinda da Pátria foi um prazer. – E a vinda da **Panthera** um desmancha prazeres...* Um militar brasileiro era homenageado na gravura que fechava o conjunto da parte ilustrada, buscando demonstrar a mobilização que se estava entabulando naquele caso considerado como agressivo à nação brasileira: *O Tenente Luciano* – *Allons enfants de la Patrie... La **Panthera** est arrivèe* [Figuras 3, 4 e 5].



- Figura 3 -



- Figura 4 -



- Figura 5 -

Em seguida, o *Artista* publicaria editorial denominado “Uma afronta”³⁵, ainda mais carregado de patriotismo, ressaltando a solidariedade com que a população rio-grandense acolhera o seu protesto contra a “irritante provocação” lançada ostensivamente aos mais dedicados sentimentos patrióticos dos brasileiros. O jornal referia-se à campanha pela qual se empenhara apaixonadamente, com a nobre e vibrante paixão do seu patriotismo, ofendido por um estrangeiro ingrato, insolente e audacioso. Explicava que estava defendendo com todas as energias do seu civismo, com toda a grandeza do seu orgulho de brasileiro, uma causa comum, a causa da pátria, a qual era de todos e a causa do Brasil, cuja honra era intangível, ainda mais no caso de tal país que hospedava todos com a mais fidalga e generosa hospitalidade, e, por isso mesmo, tinha o direito de exigir a lealdade e o respeito dos estrangeiros que ali trabalhavam e prosperavam, sob as maiores garantias e liberdades.

O jornal, na mesma edição, demonstrava através de suas páginas que as relações para com a colônia alemã, se não chegavam a estar plenamente tensas, pelo menos um desconforto pairava no ar. Mais uma vez a caricatura aparecia como estratégia discursiva e imagética para reproduzir os acontecimentos, caso da que mostrava dois indivíduos, um reclamando da sua pouca representatividade como cidadão brasileiro e o outro, de origem alemã, preocupado com as repercussões e possíveis consequências para si a partir da querela brasileiro-germânica: *Dois monólogos tristes* – *Sou brasileiro nato, republicano, patriota e com toda essa elegância simples soldado raso da briosa Guarda Nacional, se eu apanhasse um galãozinho...*

³⁵ ARTISTA. Rio Grande, 18 dez. 1905, a. 44, n. 281, p. 1.

– *Sou alemão nato e capitão da Guarda Nacional no Brasil! Num caso de guerra, naturalizo-me japonês...* [Figura 6].

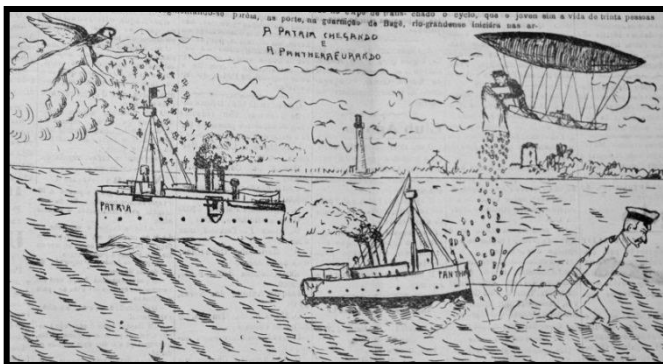


- Figura 6 -

Em matéria intitulada “Inqualificável insulto ao Brasil”³⁶, a folha demonstrava também repulsa para com algumas manifestações oriundas da imprensa alemã, buscando desmenti-las. Nesse sentido, afirmava que não poderia haver uma alma brasileira que não se revoltasse indignada diante do vil e inqualificável insulto que ao Brasil lançara um jornal da capital alemã. O periódico rio-grandino qualificava tal folha como um receptáculo abjeto de infâmias, na qual fermentavam os ódios dos inimigos gratuitos da pátria brasileira. Segundo o jornal, esses adversários, na campanha de desrespeito que moviam à terra hospitaleira, que tão fidalga e generosamente acolhera os seus compatriotas, alugavam, a troco de cerveja, para tal serviço ignóbil, os mais reles pasquineiros, cuja vasta estupidez só poderia ser comparada à imensa perversidade que os caracterizava tristemente.

³⁶ ARTISTA. Rio Grande, 19 dez. 1905, a. 44, n. 282, p. 1.

Diante dessas acusações de parte do jornalismo alemão, a publicação da urbe portuária partia em defesa dos homens públicos brasileiros e exclamava que tal insulto ia ao extremo da injúria e da calúnia. Considerava também que esses improperios deveriam ser recebidos como um aviso que não poderia ser desprezado e pelo qual todos deveriam se esforçar para serem realmente brasileiros, estimando de coração os estrangeiros que eram amigos leais, mas sempre em guarda contra aqueles que tão ingrata e indignamente injuriavam e caluniavam o Brasil. A querela diplomática em torno da *Panther* voltava a ser tema da caricatura do *Artista*, ainda na edição de 19 de dezembro, mostrando uma embarcação portuguesa sob a proteção da “deusa-republicana”, representando a pátria brasileira e sua boa relação com a nação lusa, ao passo que a *Panther*, aparecia inferiorizada, puxada por seu comandante que era alvejado por batatas: *A Pátria chegando e a Panthera furando – Sob o céu onde resplandece o Cruzeiro do Sul, só podem chover flores sobre a Pátria, e sobre a Panthera só podem chover... kartoffel* [Figura 7].



- Figura 7 -

Em novo editorial, alusivo a “Uma afronta”³⁷, o *Artista* também entraria em debate com um cidadão alemão residente no Rio Grande que teria defendido a causa germânica por ocasião do tema que servia de pauta à imprensa de então. O periódico rio-grandino contradizia tal indivíduo, para quem o Brasil seria um aldeamento conquistado pelas garras da águia germânica, sem lembrar-se que os brasileiros, na defesa da honra, da independência e da integridade da pátria, seriam heróis como tantos outros que haviam lutado por suas nações. A folha afirmava que se manifestava por amor ao Brasil, cujos sentimentos de hospitalidade eram tão vastos como a sua imensidade territorial, consistindo em um país tão nobre e generoso que tinha o direito de exigir que, quando não o amassem, ao menos o respeitassem. Retomando asseveração anterior, a publicação exortava que todos deveriam tratar como amigos a estrangeiros dignos, que estimassem lealmente a pátria brasileira, entretanto, deveriam ser inimigos, em todo o terreno, daqueles que para o país vinham apenas por espírito de exploração, estando sempre prontos a injuriar aquilo que mais deveria ser prezado – o patriotismo.

O jornal, no mesmo número, ainda no clima do caso *Panther* afirmava reproduzir desenho de um periódico alemão, o *Lustiger Baltter* de Berlim, descrevendo diálogo entre dois germânicos, intitulado “O insulto ao Brasil”, no qual eram feitas insinuações contrárias a outros países. Em outra gravura publicada no mesmo dia, aparecia o Brasil – representado por um índio – que enfrentava o representante germânico, levando em conta o recente embate diplomático: (O Brasil) – *Você pensava seu Sarna que eu ainda era esse selvagem de 1500 e por isso foi entrando pela minha casa assim como quem entra em terra conquistada, com a sua **Panthera** e*

³⁷ ARTISTA. Rio Grande, 20 dez. 1905, a. 44, n. 283, p. 1.

*tudo. Confesse que eu não sou o que você pensava. (O Sarna) – “Mim” entrou na sua casa assim, de calças brancas, como quem vai às pitangas, mas logo me vi vestido em calças pardas, e a minha **Panthera** baixou a proa. Vou “furrando” seu Brasil! [Figuras 8 e 9].*



- Figura 8 -



- Figura 9 -

O *Artista*, em novo editorial que mantinha o título “Uma afronta”³⁸, prosseguiria na discussão com um cidadão alemão presente na comuna portuária e, ao mesmo tempo em que permeava um debate em relação a tal indivíduo, acabava por defender suas posições a partir de uma perspectiva mais global, contrária ao imperialismo, especificamente o alemão. Concomitantemente, o jornal continuava a criticar matérias publicadas junto à imprensa alemã, declarando que o Brasil vinha acolhendo com a mais altruística hospitalidade os filhos da Alemanha, enquanto que, na capital deste país, era exposto publicamente à maior das ignomínias. Nesse sentido, a folha protestava que o

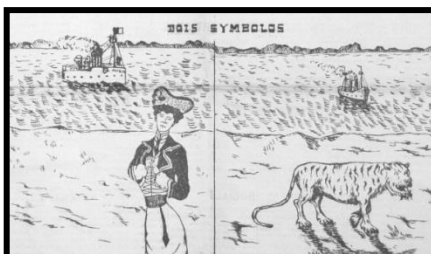
³⁸ ARTISTA. Rio Grande, 21 dez. 1905, a. 44, n. 284, p. 1.

Brasil, terra libérrima e generosa onde trabalhavam e colhiam os melhores frutos da sua atividade tantos milhares de germânicos, era apresentado, na Alemanha, como um valhacouto de ladrões.

Ao justificar o tratamento afável dos brasileiros para com os não-nacionais, o jornal lançava mão de vários exemplos dessa boa receptividade, buscando demonstrar que o brasileiro sabia ser eternamente grato àqueles que amavam esta “grande terra”. Nesse sentido, explicava que teriam sempre o respeito nacional os estrangeiros que trouxessem para o país o braço para trabalhar e o coração para amar, e, do trabalho e do amor, fizessem os elos doces e fortes que os solidarizassem à pátria brasileira. Na mesma edição, a querela Brasil – Alemanha mais uma vez aparecia traduzida em caricaturas. Em uma delas, dois brasileiros conversavam sobre as observações na imprensa acerca do caso brasileiro-alemão, tecendo severas críticas aos germânicos: *Comentários – E o desaforo do jornal alemão que nos chama de ladrões. – Que patifaria! Aquilo só a kartoffel*. Na outra, usando uma dama e uma pantera para simbolizar dois navios que visitavam o Brasil, um luso e o outro a própria canhoneira em questão, o periódico buscava chamar atenção para a civilidade da ação da primeira e a ferocidade imperialista da segunda: *Dois símbolos – Eu sou a Pátria. Simbolizo o amor. Eu sou a Panthera. Represento a fereza* [Figuras 10 e 11].



- Figura 10 -



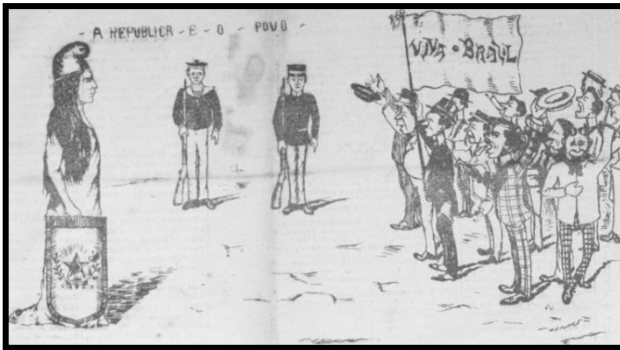
- Figura 11 -

Outra matéria publicada pelo *Artista* tratando daquela questão internacional tinha por título “*A Panther – notícias oficiais*”³⁹, na qual a folha fazia referência à troca de correspondências governamentais e audiências entre os dois países envolvidos no litígio. Uma das grandes preocupações do periódico era demonstrar o quanto fora violenta a ação dos alemães quando no solo brasileiro, em Itajaí. Há referências à reação daqueles acontecimentos nos Estados Unidos, onde se trabalhava com a retomada mais firme dos ditames da Doutrina Monroe e mostrava-se uma certa desconfiança pela presença dos militares daquela canhoneira exatamente em uma região de ampla colonização alemã. Nesse sentido, a folha chegava a conjecturar que poderia vir a ser provável que, em consequência do incidente, o Brasil dali em diante dificultasse a colonização alemã nos seus estados do sul.

Vários jornais estrangeiros são citados e, na sua maioria, a discussão girava em torno da possibilidade daquele episódio em terras brasileiras estar refletindo um processo bem mais amplo, ligado à oposição entre o imperialismo estadunidense e o germânico. Nesse sentido, se estaria a cogitar da intenção norte-americana de buscar diminuir a influência alemã no sul do Brasil, ou ainda que a

³⁹ ARTISTA. Rio Grande, 22 dez. 1905, a. 44, n. 285, p. 1.

atitude dos germânicos em Itajaí tivesse sido feita de modo deliberado, no intento de verificar os alcances da Doutrina Monroe. Na seção ilustrada publicada na mesma data, o *Artista* voltava ao assunto da *Panther*, intentando demonstrar que havia uma mobilização popular em torno da questão. Na caricatura, a representação da nação, através da “deusa-republicana”, mulher de barrete frígio e com o escudo nacional, dialogava com o povo que, mobilizado, pedia providências, diante da ação alemã: *A República e o povo* – (O Povo) – *Espero que há de sair do caso da Panther com uma dignidade tão pura quanto a honra de uma virgem.* (A República) – *Hei de sair de porto em branco, porque embora o caso seja preto, fala por mim o Rio Branco*, em direta alusão ao responsável pela pasta dos assuntos exteriores [Figura 12].



- Figura 12 -

O periódico rio-grandino publicaria também, na posição editorial, uma correspondência recebida em apoio a suas posições diante da questão em debate naqueles dias finais de 1905, mormente no que tange às críticas que recebera de um cidadão germânico. Sob o título “Nobre atitude (carta para o *Artista*)”⁴⁰ eram destinados

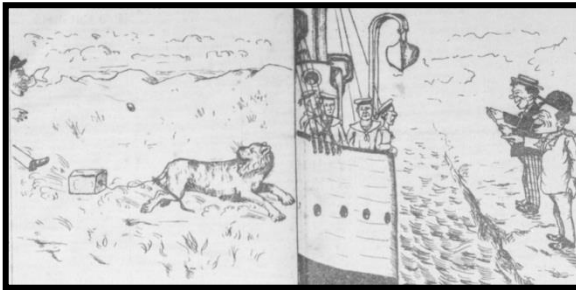
⁴⁰ ARTISTA. Rio Grande, 23 dez. 1905, a. 44, n. 286, p. 1.

cumprimentos entusiásticos à “intemerata” redação do jornal, pela maneira altamente patriótica com que estava combatendo, de luva de pelica, mas com a máxima energia o *germanismo* “egoísta e insolente” de um súdito do *kaiser*. Segundo a missiva, restava saber se tal sujeito falava por si ou, se na sua petulância, era o órgão dos sentimentos dos seus compatriotas. Afirmava ainda que os brasileiros deveriam ser muito bons para os estrangeiros dignos, que sinceramente estimavam o Brasil, ao mesmo tempo em que deveriam estar sempre de alcateia àqueles que fizessem vida completamente à parte da nacional. Os aplausos à “velha folha rio-grandense” prosseguiram, tendo em vista o entusiasmo com o qual ela defendia o pensamento da pátria.

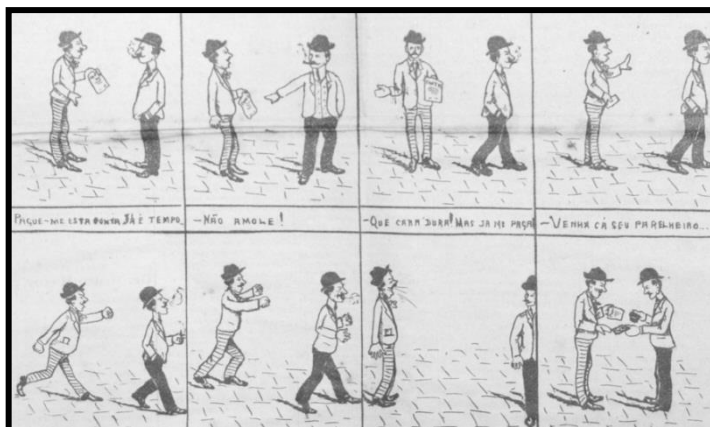
O autor da carta que o jornal dizia ter recebido era identificado apenas pelas iniciais “G. O.” e ele era bastante alarmista quanto ao comportamento dos alemães presentes no Brasil, afirmando que nas colônias dessa nacionalidade o ensino da língua portuguesa era hostilizado sistematicamente, diante do que indicava a necessidade de providências governamentais. Nesse sentido, sentenciava que o governo deveria voltar as suas vistas para as colônias alemãs, a fim de que não se tivesse de lamentar, mais tarde, a “completa germanização” daquela imensa região colonial. E voltava a enfatizar o incidente da *Panther* como um exemplo que estaria a falar por si só, sendo expressiva de más intenções a maneira com que se comportaram os militares germânicos em Santa Catarina. Diante disso, o missivista concluía que todo o cuidado era necessário naquele momento em que a atitude alemã tão gravemente ultrajara a soberania, alarmando de norte a sul todos os brasileiros.

Ainda nessa edição, a publicação rio-grandina buscava demonstrar que a soberania nacional estava sendo honrada com os rumos que tomava o caso *Panther*, uma vez

que, na sua concepção, a “pantera alemã” saíra derrotada pelo Brasil e chegava a fazer uma anedota envolvendo a questão. As caricaturas mais uma vez reproduziam tal sentimento, como aquela que mostrava a cena em que – tal qual se fazia aos cães vira-latas – a “pantera alemã” aparecia com uma lata amarrada ao rabo e sendo apedrejada: *De lata à cauda* – *E foi assim que a Panthera furou: Com uma lata à cauda...* Na mesma linha, o “Zé Povinho” comemorava a retirada da embarcação alemã, qualificando o ato como uma vitória brasileira: (O Zé Povo) – *Eu regozijo à saída da Panthera, solto o meu foguetinho... sem bomba.* Em “quadrinhos anedóticos”, o jornal mostrava o diálogo entre um credor e um devedor, fazendo aquele uma série de xingamentos em relação a este, que aguentava a todos, menos o de ser chamado de Panther: *Não me comprometa...* – *Pague-me esta conta, já é tempo.* – *Não amole!* – *Que cara dura! Mas já me pague!* – *Venha cá seu parceiro...* – *... Seu canalha caloteiro...* – *Seu patife sem vergonha...* – *... Seu Panther!* – *Que é que você me chama?* – *Panther!* – *Não me comprometa! Pague-se!* [Figuras 13 e 14].



- Figura 13 -



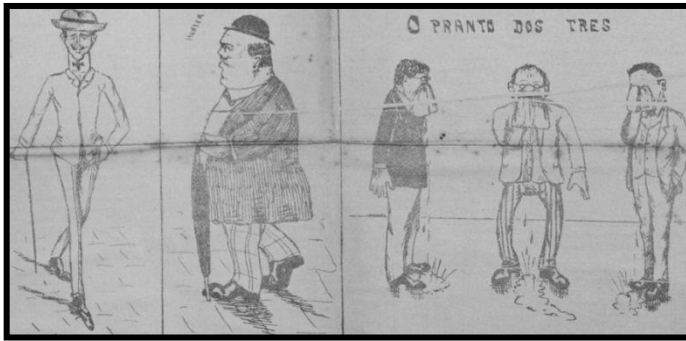
- Figura 14 -

Já nos últimos dias do ano, após o natal de 1905, a folha da urbe portuária publicava o editorial “O nosso apelo à colônia alemã”⁴¹, no qual fazia referência à necessidade de uma manifestação pública de tal grupo, diante da atitude dos oficiais germânicos da *Panther* e do indivíduo que se identificava como um “filho da Alemanha” e que criticara as posições do *Artista*. Segundo o periódico, perante o seu “apelo franco e leal”, praticado em nome do “civismo insubornável”, a colônia alemã cidadina ainda não havia se pronunciado sobre aquela “acintosa e provocante” afronta feita aos mais respeitáveis e dedicados sentimentos patrióticos dos brasileiros. Enfatizava ainda que tal insolência não poderia ser sancionada pelo silêncio da colônia alemã, sob pena de ser ela solidária com quem afrontara ousadamente os sentimentos cívicos nacionais. A seção editorial era concluída incisivamente, manifestando a publicação que não acreditava que o silêncio continuasse a ser a resposta daquela colônia ao apelo de honra que estava

⁴¹ ARTISTA. Rio Grande, 26 dez. 1905, a. 44, n. 287, p. 1.

sendo-lhe feito em nome do civismo ultrajado dos brasileiros.

O *Artista* ainda voltaria ao tema da *Panther* ao longo dos dias derradeiros de 1905, através de uma série de caricaturas. Dentre tais manifestações, se fizeram presentes às comemorações e as repercussões diante do tema, bem como as pequenas histórias, chistes e piadas do dia a dia em torno da questão. Nessa perspectiva, o jornal mostrava indivíduos que teriam ficado em situação pouco confortável naquela época, como um que emagrecera, por perder a “pantera” da barriga e três que choravam por sua situação: *Fiquei assim: tão murcho e tão fino que até posso servir de palito. No entanto, andava assim: Porque tinha a **Panthera** na barriga. O pranto dos três – Foi-se a **Panthera** e nós ficamos no “mato” sem ela...*⁴² [Figura 15].

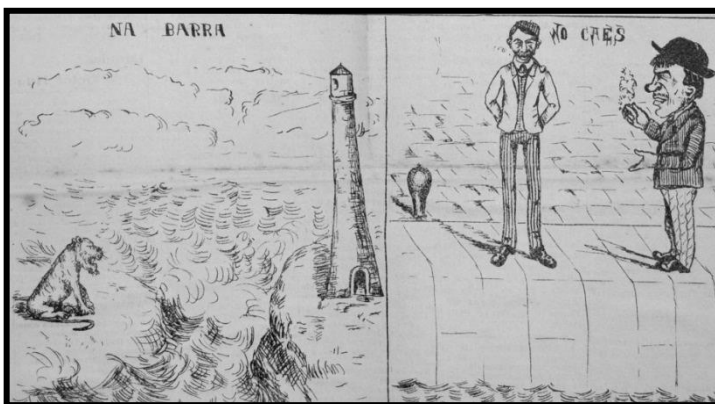


- Figura 15 -

O caso da canhoneira *Panther* seria o protagonista nas caricaturas da folha rio-grandina também por ocasião de uma perspectiva caricatural da entrada à Barra do Rio Grande, apresentando desenhos que representavam a aproximação da embarcação germânica do litoral rio-

⁴² ARTISTA. Rio Grande, 26 dez. 1905, a. 44, n. 287, p. 1.

grandense: *Na Barra* – É que a **Panthera** não quis ficar esperando sentada num banco. *No cais* – Foi-se afinal a **Panthera** e a Barra fez uma coisa mal feita: custou a dar-lhe saída⁴³. Assim, o mote editorial continuava sendo a querela diplomática, com a Alemanha a qual foi demonstrada através de um quadro dividido em seis caricaturas, todas referentes às formas pelas quais o representante germânico implicado na questão da Panther deveria ser punido: A punição do Sarna (algumas das explicações que a Alemanha deveria dar ao Brasil) – Deve a Alemanha: – Dar-lhe bolos para que estude melhor as lições de direito internacional. – ... mimoseado com puxões de orelha para não ser malcriado... – Brindá-lo com chá de marmeleiro em lembrança de Fritz Steinoff. – Fazê-lo conhecer esse exercício higiênico para suar... o topete... – Deixá-lo a pão e água... – E... mandá-lo para os herreries⁴⁴ [Figuras 16 e 17].



- Figura 16 -

⁴³ ARTISTA. Rio Grande, 27 dez. 1905, a. 44, n. 288, p. 1.

⁴⁴ ARTISTA. Rio Grande, 28 dez. 1905, a. 44, n. 289, p. 1.



- Figura 17 -

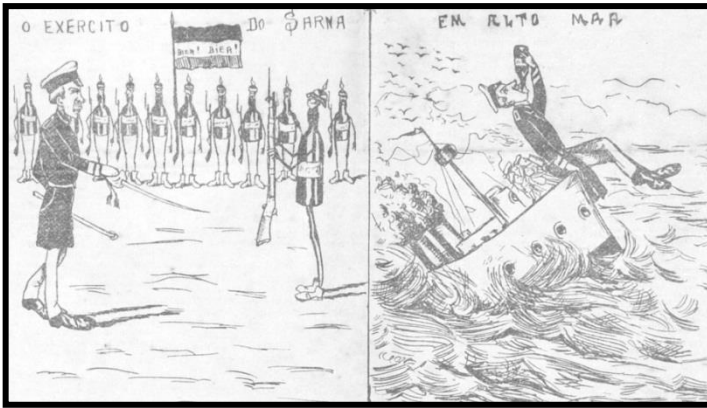
Na edição seguinte, a parte ilustrada mais uma vez fazia referência ao caso da *Panther*, por meio de uma caricatura na qual o povo brasileiro, na figura do “Zé”, repisava a questão brasileiro-alemã, questionando o representante germânico, em tom de ironia: Uma pergunta –

(O Zé-Povo) – *Mas afinal, sr. Conde de Sarna, o sr. não me disse ainda onde está o Fritz Steinoff. No próximo volume, o jornal voltava ao assunto de ordem diplomática, mostrando o comandante da belonave que dera nome à questão, o qual era o protagonista, em quadro no qual ele era atacado, acusado de beberrão, ao comandar um exército de cervejas ou ao desejar que todo o mar fosse feito dessa bebida: O exército do Sarna – Disciplinado o exército do Sarna. Sabe comandar com valentia. Em alto mar – Uff! Já poso tomar em paz a minha cerveja. Que pena não ser cerveja todo o oceano! Tomá-lo-ia numa viagem!*⁴⁵ [Figuras 18 e 19].



- Figura 18 -

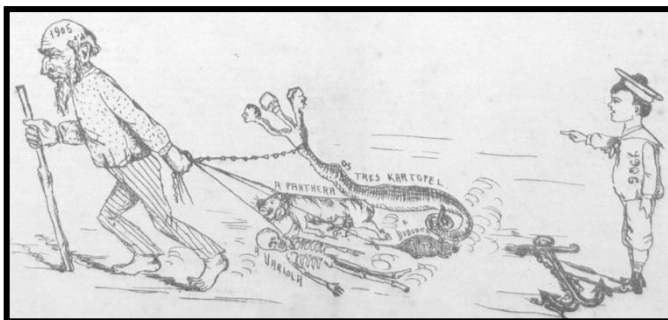
⁴⁵ ARTISTA. Rio Grande, 29 dez. 1905, a. 44, n. 290, p. 1.



- Figura 19 -

Também no número final de 1905, a questão da canhoneira germânica era destacada na representação da passagem de ano, prática extremamente usual na caricatura da época. Tal transição cronológica era muitas vezes simbolizada pelo “velho” – normalmente um homem idoso – que fazia um rito de passagem para o “novo” – em geral um bebê ou uma criança. Na seção ilustrada do *Artista*, a tradição se mantinha e ele mostrava o Ano Velho indo embora e carregando consigo aquilo que a folha considerava como os males mais latentes daquele período, quer seja, o incidente diplomático com a Alemanha, simbolizado pelos representantes germânicos (uma cobra de três cabeças) e pelo animal que dava nome à canhoneira, a peste bubônica, na forma de um rato, e a varíola, representada por uma caveira, ao passo que o menino Ano Novo dizia: *Vai-te! Leva contigo estas três pestes, leva também a víbora que pretendeu morder o civismo brasileiro*⁴⁶ [Figura 20].

⁴⁶ ARTISTA. Rio Grande, 30 dez. 1905, a. 44, n. 291, p. 1.



- Figura 20 -

Assim, o *Artista* promoveria verdadeira missão patriótica nos últimos dias de 1905 e tal campanha prosseguiria no início do ano seguinte, porém, com menor ênfase. O jornal encarou os atos dos militares alemães em Santa Catarina como um desacato à soberania nacional, colocando-se como um arauto de um patriotismo cívico, apelando para os brios dos brasileiros, concitando todos a participarem de seu protesto. Além dessa posição fortemente nacionalista diante da questão da *Panther*, o periódico chegou a colocar-se com um protagonista nas discussões, promovendo debates com cidadãos alemães e cobrando posições da colônia de origem germânica.

Ao lado dos textos, muitos deles na posição editorial, nos quais mantinha o tom veemente, mas sustentando uma construção discursiva calcada na seriedade, o *Artista* estamparia várias caricaturas, nas quais abordou a querela diplomática de uma forma bem mais crítica e direta, baseada no humor, na ironia e na sátira. Acima de tudo, a folha opinou e posicionou-se perante os acontecimentos, com palavras vibrantes e desenhos mordazes, refletindo desse modo as várias formas de reação ocorridas junto aos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, ou seja, desde as tribunas, os gabinetes e as repartições, até os lares, as

esquinas, as praças e os botecos. Nesse contexto, não faltaram palavras ásperas e trocadilhos como a insistência na utilização da palavra “kartoffel”, em clara alusão à pejorativa expressão “alemão-batata”, usada por décadas a fio em detrimento dos indivíduos com essa origem.

Diário do Rio Grande

O mais antigo jornal em circulação no Rio Grande, ao início do século XX, o *Diário do Rio Grande* se considerava um representante da “imprensa séria e independente”. Propunha-se a pugnar pelos interesses morais e materiais do Rio Grande, ao qual dedicaria o “melhor dos seus esforços” e a trazer o público “bem e perfeitamente orientado”. Intentava manter um norte editorial predominantemente informativo, garantindo que manteria a preferência por “dar menos e bom que mais e ruim”, de modo a ser compreendido pelo “critério popular”, orgulhando-se em observar que suas notícias faziam fé e mereciam constantemente transcrição dos colegas do interior e exterior do estado⁴⁷.

O *Diário* assegurava que fora fundado para fazer-se um defensor convencido do progresso e engrandecimento de sua terra, de modo que ela ocupasse o “lugar saliente” que lhe cabia na comunhão brasileira. Dizia manter uma “paixão nobre” pela “verdade e justiça”, sendo uma folha dedicada à “defesa dos direitos legítimos” e norteada “pela ideia do bem comum”. Intentava manter uma postura apartidária, mantendo a “linha de conduta” traçada desde o primeiro dia, afastando-se “das arregimentações partidárias”. Declarava ainda que sua missão seria a de

⁴⁷ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 16 out. 1904, a. 57, n. 15.353, p. 1.

constituir uma tribuna voltada ao “patrocínio de todas as boas causas” e a “todos os empreendimentos do interesse público”⁴⁸.

A referência original do *Diário à canhoneira* alemã ocorreu a partir de nota sob o título “*A Panther* no Paraná”⁴⁹, a qual descrevia que os oficiais e marinheiros da embarcação teriam sido alvo de manifestações de apreço em Curitiba, tendo sido organizado um festival em homenagem à oficialidade. Outra nota⁵⁰ divulgava o recebimento de convite da parte de sociedade alemão para os festejos em honra da guarnição da canhoneira, que seriam realizados na cidade do Rio Grande. Mais uma vez no formato de uma nota⁵¹, o periódico anunciava a chegada da belonave, que seria acompanhada pelos procedimentos náuticos, consulares e médicos de praxe, destacando também vários dados técnicos acerca do navio.

Em seguida, o periódico rio-grandino já começava a se referir ao “Caso da *Panther*”⁵², explicando que tal assunto preocupara “vivamente todos os espíritos”, transformando-se em tema “obrigado de todas as conversações”. Segundo a folha, tal divulgação provocara gerais comentários de revolta contra o “insulto gratuito à nossa soberania”, citando um jornal carioca. Destacava ainda que a redação procurara colher a maior soma de esclarecimentos a respeito, de modo

⁴⁸ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 15 out. 1905, a. 57, n. 15.650, p. 1.

⁴⁹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 2 dez. 1905, a. 58, n. 15.689, p. 1.

⁵⁰ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 3 dez. 1905, a. 58, n. 15.689, p. 3.

⁵¹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 6 dez. 1905, a. 58, n. 15.691, p. 2.

⁵² DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 9 dez. 1905, a. 58, n. 15.694, p. 1.

a transmiti-los ao público, que estaria “ávido de conhecer toda a verdade”. Divulgava também que recebera novos e importantes recados sobre o “revoltante fato”, disponibilizando-os ao público, para satisfazer a sua “justa curiosidade”, à porta do escritório da empresa jornalística, anunciando-os com o estrugir de alguns foguetes. Diante disso, descrevia que “centenas e centenas de pessoas” teriam acorrido imediatamente a ler os telegramas, comentando-os, o que estaria a demonstrar o “estado de espírito” em que se achava o público, em relação ao “gravíssimo fato”. Em seguida, o jornal passava a transcrever o seu serviço telegráfico, com destaque para a indignação popular que se desencadeava no Rio de Janeiro.

Sobre o desentendimento diplomático, o *Diário* publicou nova matéria intitulada “O caso da *Panther*”⁵³, divulgando incidentes ocorridos em frente a um clube da colônia germânica e no cais, com manifestações contrárias aos alemães. O jornal considerava tal fato como “lamentável”, pois, ainda que entendesse que os ânimos estivessem exaltados, considerava inválidas as vaias e manifestações de desagrado, que poderiam depor contra os “foros de povo civilizado”, ainda mais naquele momento em que o governo brasileiro já estaria tomando as devidas providências. Considerava que aquelas atitudes poderiam trazer embaraços e dificuldades, não as considerando como passíveis de um “patriotismo são e verdadeiro”. A folha propunha que se esperasse com confiança as atitudes governamentais, mantendo-se um comportamento de calma e critério, sem se deixar “levar pelos primeiros impulsos”, os quais, não raro, traziam “más consequências”.

⁵³ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 10 dez. 1905, a. 58, n. 15.695, p. 1.

Na mesma coluna, o periódico rio-grandino explicava que sua atitude não serviria para desculpar atentados contra a soberania nacional, pois o aconselhamento de prudência serviria para que as ações tivessem sucesso, “dentro dos limites da ordem”, de maneira que houvesse o registro de “uma vitória pacífica”. Declarava também que tinha plena convicção de que o “verdadeiro patriotismo” e a “educação cívica” não estariam a autorizar excessos, devendo todos ser “cidadãos dignos”, não descendo ao “domínio da arruaça”, de modo que os governantes tomassem as providências necessárias, “com justiça e sem a mínima quebra da dignidade nacional”. Esclarecia ainda que não pretendia açular “malquerenças e ódios”, visando unicamente a cumprir as “funções de jornalista”, ao levar a informação ao público. Garantia que continuaria a dar “exemplos e lições de critério, seriedade e bom senso”, atuando no rumo do conjunto da imprensa, da qual partira “a primeira voz de protesto e condenação”, à atitude da oficialidade alemã.

O título “O caso *Panther*” se mantinha em outra edição do *Diário do Rio Grande*⁵⁴, no qual reiterava que o “grave caso da canhoneira” continuava “a preocupar predominantemente o espírito público”. Nesse sentido, destacava que todos procuravam, com manifesta ansiedade, colocar-se ao corrente da questão, indagando, pedindo informações nos escritórios dos jornais. Segundo a folha, tal curiosidade constituiria “um sintoma apreciável do zelo popular pelas coisas relacionadas de perto com a honra da nação”. O periódico permanecia sugerindo calma e prudência, informando que os festejos projetados pela colônia alemã na cidade portuária tinham sido suspensos,

⁵⁴ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 12 dez. 1905, a. 58, n. 15.696, p. 1.

passando a transcrever outras publicações acerca do tema em pauta.

Em outra edição, o *Diário* divulgava impressões oriundas da imprensa estrangeira⁵⁵, a respeito da questão brasileiro-alemã. Nesse caso, o destaque era para o jornalismo uruguaio, crítico à atitude germânica, a qual era considerada, com ironia, como típica de “um direito para as potências” que dispunham de força militar, e outro para as “ínfimas republiquetas semi-selvagens”, que deveriam “esperar da espada europeia os segredos da civilização e as lições do progresso”. “O caso da *Panther*”⁵⁶ era mais uma vez pauta do periódico rio-grandino, ao publicar na íntegra discurso proferido no parlamento acerca da “melindrosa questão” que ferira os brios de “um país soberano e independente”. O jornal ainda trazia novas transcrições jornalísticas, ao fim das quais concluía, “com natural desvanecimento”, que estavam sendo confirmados todos os telegramas que divulgara quanto ao assunto em debate.

O tema da canhoneira voltava às páginas da folha rio-grandina⁵⁷, a qual anunciava que prosseguiria na reprodução dos pronunciamentos da imprensa do Rio de Janeiro, os quais estariam a representar um “concerto unanime e cheio de patriotismo, diante da afronta feita à soberania nacional” pelo comandante da *Panther*. Na edição seguinte, sob o título “Considerações oportunas”⁵⁸, o jornal divulgava correspondência de um “distinto cavalheiro

⁵⁵ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 14 dez. 1905, a. 58, n. 15.698, p. 1.

⁵⁶ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 15 dez. 1905, a. 58, n. 15.699, p. 1.

⁵⁷ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 16 dez. 1905, a. 58, n. 15.700, p. 1.

⁵⁸ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 17 dez. 1905, a. 58, n. 15.701, p. 1.

estrangeiro, que concordava com a postura do *Diário* na cobertura daquela questão, pregando que deveria evitar-se excessos de parte a parte, ao referir-se à população local e à colônia alemã. Diante disso, a folha confirmava que suas manifestações eram embasadas em “patriotismo e honradez”, não deixando de demonstrar que a ofensa fora grande, tanto que teria havido condenação ao ato alemão em todo o Brasil e até no estrangeiro.

Nova matéria a respeito da *Panther*⁵⁹ trazia mais algumas transcrições e pequenos informes de cunho diplomático, detalhando que houvera grande aumento de trabalho nos serviços de telegrafia da cidade de Petrópolis, onde se localizavam muitos dos representantes estrangeiros a trabalho no Brasil. O tema era retomado na edição seguinte⁶⁰, com novas transcrições que visavam a confirmar e desmentir comentários ventilados sobre o conflito diplomático, notadamente quanto à falta de veracidade no depoimento do comandante da canhoneira. Novas transcrições seriam divulgadas⁶¹, no intento de reforçar que as declarações desse comandante seriam “provadamente falsas”. Em breve nota⁶², o *Diário* noticiou a partida da *Panther* do Rio Grande em direção ao sul e voltou a trazer detalhes do incidente diplomático⁶³, descrevendo que o governo alemão já teria manifestado o seu pesar, de modo

⁵⁹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 21 dez. 1905, a. 58, n. 15.704, p. 1.

⁶⁰ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 22 dez. 1905, a. 58, n. 15.705, p. 1.

⁶¹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 23 dez. 1905, a. 58, n. 15.706, p. 1.

⁶² DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 27 dez. 1905, a. 58, n. 15.708, p. 1.

⁶³ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 29 dez. 1905, a. 58, n. 15.710, p. 1.

que a questão continuaria a ser tratada “com o maior cuidado”, tendo reiterada a diplomacia germânica que daria ao Brasil “todas as satisfações devidas”.

Desse modo o *Diário do Rio Grande* apresentou ao seu público leitor a querela diplomática germano-brasileira, promovida a partir da atitude dos militares alemães. A folha rio-grandina não deixara de lado sua predileção por um caráter predominantemente noticioso, procurando deixar clara a preferência pela busca da informação. Ainda assim, o periódico não se furtou de adotar uma postura perante o incidente, acompanhando também a tendência de indignação contra os atos dos germânicos e de pregação pela reparação dos brios nacionais ofendidos. Mesclando significativa quantidade de transcrições com breves comentários, o *Diário* não deixava de assumir o tom patriótico, embora sempre pregando a moderação e sem abandonar seu padrão editorial.

Echo do Sul

Adversário que fez oposição ao grupo partidário que dominou a vida política sul-rio-grandense durante a República Velha, o *Echo do Sul* mantinha sua postura no início do século XX. Nesse sentido, se apresentava no cabeçalho como “órgão revisionista”, inspirando-se na grande reivindicação dos oposicionistas que exigiam a revisão da constituição gaúcha que garantia a continuidade dos governistas no poder. Ao completar um ano da retomada de sua publicação, o jornal publicava editorial⁶⁴, destacando que sua circulação fora interrompida por causa da “avalanche de perseguições” que desabara contra a folha, a partir da “política castilhistas, de ódios, de sangue, de

⁶⁴ ECHO DO SUL. Rio Grande, 28 fev. 1903, a. 49, n. 49, p. 1.

terror, de vilanias". Afirmava que o favor público não desamparara o *Echo* na sua nova fase, podendo por isso comemorar com júbilo, apesar das "lutas acidentadas e penosas" que sustentara "na defesa da causa da liberdade do Rio Grande".

O diário rio-grandino registrava que passava por "auspicioso estado de prosperidade", representada pela "enorme tiragem, imensa e difusa circulação pelo interior do estado" e significativa venda avulsa. Reiterando sua posição política, o periódico proclamava ser uma "folha de combate, voluntário lutador em prol da liberdade rio-grandense", que estava "conculcada pela selvagem ditadura positivista, instituída pelo odioso e odiento sátrapa Júlio de Castilhos". Propunha-se, assim, a defender "com ardor e lealdade o belo e luminoso programa revisionista" do Partido Federalista, o maior adversário do castilhismo, intentando lutar contra "a tirania castilhista" e aplaudir "os preclaros chefes federalistas".

Já no ano do caso *Panther*, o *Echo do Sul*, então com mais de meio século de existência, renovava seus princípios por meio de artigo de fundo⁶⁵. Garantia manter-se nas "refregas" da política, "em nome de um sacratíssimo ideal", que vinha sustentando por longos anos, "sem medir sacrifícios nem dedicações". No mesmo sentido, declarava que permanecia no "afanoso combate de todos os dias" de pugnar "incessantemente pelo triunfo ambicionado da justiça". Dizia ainda que sua "única ambição", percorrida "através de todas as vicissitudes", se limitava à alternativa de servir ao "glorioso núcleo partidário" dos federalistas. Confirmava assim sua "coerência partidária", na sustentação do programa do Partido Federalista, cumprindo

⁶⁵ ECHO DO SUL. Rio Grande, 15 abr. 1905, a. 51, n. 88, p. 1.

todos os “deveres” que deveriam “ser respeitados por todos os federalistas”.

O contato original do *Echo* com a canhoneira germânica deu-se por meio de breve nota denominada “A *Panther*”⁶⁶, noticiando o convite de parte da comissão de festejos da Deutscher Schutzenverein, para assistir às festas que tal sociedade organizaria em honra à oficialidade do navio alemão. Em outra nota, com o mesmo título⁶⁷, o jornal anunciava a breve chegada da belonave, informando que ela seria recebida pelas sociedades alemãs citadinas e pelos médicos encarregados da visita sanitária. Detalhava também que, ao fundear da embarcação seria enviado emissário à terra para notificar o cônsul alemão, o qual visitaria o navio. Destacava ainda que a canhoneira percorria alguns portos brasileiros em objeto de serviço, além do fato de vir a bordo um médico encarregado de inspecionar os súditos alemães que deviam à pátria o tempo de serviço militar obrigatório.

O título se mantinha em mais uma nota⁶⁸, informando que a canhoneira estava em viagem de instrução a guardas-marinha, tendo já tocado vários portos brasileiros. Além disso, eram trazidas diversas informações técnicas e sobre a construção da *Panther*, ressaltando que do Rio Grande, ela seguiria trajeto em direção a Buenos Aires. Ainda com a mesma denominação, mais uma nota⁶⁹ divulgava a recepção à canhoneira, com grupo musical, comissões das sociedades e vários moços alemães, bem como a realização da visita médica. Com idêntica apresentação, nova nota⁷⁰ informava que a *Panther* transpusera a barra rio-grandina, sendo mantido um

⁶⁶ ECHO DO SUL. Rio Grande, 4 dez. 1905, a. 51, n. 275, p. 1.

⁶⁷ ECHO DO SUL. Rio Grande, 5 dez. 1905, a. 51, n. 276, p. 2.

⁶⁸ ECHO DO SUL. Rio Grande, 6 dez. 1905, a. 51, n. 277, p. 1.

⁶⁹ ECHO DO SUL. Rio Grande, 7 dez. 1905, a. 51, n. 278, p. 3.

⁷⁰ ECHO DO SUL. Rio Grande, 8 dez. 1905, a. 51, n. 279, p. 2.

programa de festejos em homenagem à mesma, que também estaria aberta à visitação pública em horários pré-determinados.

A notícia do desentendimento diplomático viria em seção de telegramas destinados ao “Serviço Especial do *Echo do Sul*”, apresentando o caso *Panther*, como “muito grave”⁷¹. Os informes do Rio de Janeiro diziam que toda a imprensa estaria a estigmatizar a atitude do comandante da canhoneira, aconselhando unanimemente ao governo que desenvolvesse toda a energia, de maneira a desagrar os brios nacionais. Destacavam também que os artigos a respeito do tema eram violentos e patrióticos, assim como o povo não estaria a esconder a sua indignação, já deixando escapar os brados de protesto. Também eram descritas as reações governamentais e a possível mobilização militar em direção ao sul, bem como havia referências à grande multidão popular que, na capital federal, afluía às redações dos jornais e praças públicas.

O jornal voltava ao tema em outra seção de telegramas⁷², que trazia informações sobre as tratativas brasileiro-germânicas no campo diplomático, além de enfatizar que o assunto de todas as palestras, nas ruas e nos centros de ajuntamento era exclusivamente o caso *Panther*, cujo comandante estaria sendo muitíssimo censurado por nacionais e estrangeiros. O “Serviço Especial do *Echo do Sul*” divulgava nova série de informes telegráficos⁷³, enfatizando as reações diante do acontecimento na imprensa estrangeira e no contexto internacional, ressaltando “as violências da *Panther*” e trazendo “novos esclarecimentos” e “mais pormenores”. As negociações diplomáticas mais uma vez

⁷¹ ECHO DO SUL. Rio Grande, 9 dez. 1905, a. 51, n. 280, p. 2.

⁷² ECHO DO SUL. Rio Grande, 11 dez. 1905, a. 51, n. 281, p. 2.

⁷³ ECHO DO SUL. Rio Grande, 12 dez. 1905, a. 51, n. 282, p. 2.

faziam parte da pauta e um dos grandes destaques era que a imprensa estrangeira, quase por unanimidade, condenava o procedimento da oficialidade da canhoneira alemã, estando a causar “grande sensação” as notícias sobre o incidente.

A cobertura da edição seguinte do *Echo* mais uma vez calcada na transcrição de telegramas⁷⁴, trazia informes acerca das repercussões do caso *Panther* junto ao governo alemão, apontando para o possível castigo dos culpados e destacando ainda “diversas notícias” e “mais pormenores”. Um detalhe dessas notícias referia-se existência de inquietação em Berlim, havendo no seio do povo animosidade contra o comandante do vaso de guerra, “por ter provocado imprudentemente um conflito que poderia evitar-se”. No número que se seguiu, as novidades foram transmitidas mais uma vez a partir da seção telegráfica⁷⁵, dando destaque às repercussões na Alemanha, à movimentação de navios de guerra nacionais e à escassez de notícias. O noticiário se concentrava nas dúvidas quanto ao destino final das belonaves brasileiras estacionadas em Santa Catarina, pois estariam circulando “diversas e desencontradas informações”. Era enfatizado ainda que a reportagem dos jornais encontrava-se em campo, encontrando grandes dificuldades para a obtenção de notícias sobre o “momentoso assunto”. Descrevia também que a agitação voltava a manifestar-se, diante da “deficiência de notícias” e da “morosidade das negociações”, estando a polícia vigilante para evitar qualquer desacato contra súditos alemães.

O número referente ao dia 15 de dezembro foi um dos poucos em que, além de “notas e informações” e de “pormenores”, colunas dedicadas às transcrições, o *Echo do*

⁷⁴ ECHO DO SUL. Rio Grande, 13 dez. 1905, a. 51, n. 283, p. 2.

⁷⁵ ECHO DO SUL. Rio Grande, 14 dez. 1905, a. 51, n. 284, p. 2.

Sul publicou na posição editorial um segmento denominado “Comentários”⁷⁶. Tal comentário restringia-se a discutir a falta de definições quanto aos destinos das embarcações de guerra brasileiras deslocadas para o sul do Brasil. Diante disso, o jornal garantia que o seu correspondente telegráfico acertara, ao dizer que o governo tratava de encobrir o verdadeiro fim da viagem dos mencionados vasos de guerra, “no intuito de acalmar o espírito público ou não deixar transparecer a maneira” pela qual estava agindo.

Na mesma edição, o periódico rio-grandino revelava que havia significativo interesse pelo tema, destacando que as notícias mais importantes transmitidas pelo telégrafo vinham sendo afixadas à pedra, na frente das oficinas do *Echo*, e anunciadas por meio de foguetes. Diante disso, descrevia que grande vinha sendo “a multidão que sempre” chegava ao local, toda a vez que eram afixados os boletins, de maneira que a redação continuaria fazendo tal divulgação, sempre que existissem “notícias de alguma transcendência sobre a momentosa questão”. No segmento de transcrições o diário citava manifestação no parlamento que representara “calorosamente os brios do Brasil, ofendidos pelos loiros filhos da Germânia” e manifestava o desejo de que esse tipo de postura estimulasse os “sentimentos patrióticos” dos homens de Estado, na busca de soluções, com uma “satisfação da afronta” lançada à face dos brasileiros. Em seguida a folha realizava, por meio de informes de outras publicações, um retrospecto dos acontecimentos até então.

Mais uma vez na posição do artigo de fundo, o caso da *Panther* era noticiado nos “Assuntos do dia” do *Echo*⁷⁷. Os informes eram novamente fruto de transcrições, com

⁷⁶ ECHO DO SUL. Rio Grande, 15 dez. 1905, a. 51, n. 285, p. 1.

⁷⁷ ECHO DO SUL. Rio Grande, 16 dez. 1905, a. 51, n. 286, p. 1.

destaque para um relato segundo o qual os oficiais da canhoneira alemã já teriam cometido “indelicadezas e grosserias” em porto nordestino, no qual ancorou “com geral surpresa” para as autoridades e moradores, vendo-se a localidade “invadida pela sua marinhagem desenfreada e arruaceira”. Além disso, tal oficialidade germânica teria se recusado a receber a visita de autoridades públicas locais. Descrevia ainda que a *Panther* visitara Paraíba, Pernambuco, Bahia e Rio, “sem salvar a terra, entrando e saindo quando muito bem queria e entendia”, de modo que “satisfações, respeitos e obediências às autoridades marítimas nunca” teriam sido dados por parte do comando alemão.

Ainda nesse número, o jornal rio-grandino continuava citando a fonte que descrevia os atos da embarcação germânica ao longo da costa brasileira, manifestando-se com veemência ao saudar a ação “enérgica e competente” do Barão do Rio Branco, “que, sendo monarquista”, seria, “todavia, mais patriota e mais amigo do exército e da marinha do que esses republicanos interesseiros e desleais”, que pululavam, “visando colocações rendosas”. Outra citação se referia aos “desaforos” dos germânicos, como concernentes com o “desprezo que os europeus ignorantes” dispensavam “sistematicamente” aos que consideravam como “selvagens”, assim como com a “proverbial arrogância dos seus militares”, ao tratarem “com autoridades e povos sul-americanos”.

Na continuidade das transcrições da mesma edição, era citada a necessidade da exigência de satisfações perante “o impenetrável egoísmo das potências europeias”, como fora aquele caso do “imperialismo germânico”, atentando contra os “brios” de uma “nação soberana e independente”. Houve também o destaque para ações do mesmo feitio realizadas na América Central e na Venezuela,

demonstrando a manifesta “escola de violência e de terrorismo”, em que tinham sido educados “os louros e barbudos oficiais da *Panther*”. Ainda no mesmo número, sob o título “Ainda a *Panther*”, foi publicada correspondência assinada por “um assíduo leitor”, buscando desmentir algumas das atitudes imputadas aos comandantes alemães em território venezuelano, propondo que se acalmassem “os ânimos exaltados”, para amenizar o “mal-estar” que vinha predominando.

O desentendimento diplomático alemão-brasileiro voltava a ocupar os “Assuntos do dia”⁷⁸, divulgando várias ações visando ao lançamento de “moção de protesto” contra o ato da oficialidade da *Panther*, demonstrando que “o patriotismo brasileiro, sempre ativo, poderoso e forte”, vinha se expandindo, ao protestar “contra a violação e menosprezo das leis e direitos”, realizados “pelos tripulantes da nave de guerra alemã”. Poucos dias depois, os “Assuntos do dia”⁷⁹ se referiam às apreciações do caso da *Panther* no estrangeiro, com alusão à imprensa inglesa, norte-americana, francesa, argentina e chilena, sendo o destaque o posicionamento favorável à causa brasileira, em detrimento da atitude dos oficiais germânicos. Outras transcrições foram ainda realizadas na mesma edição, sob o título de “Ainda a *Panther*: notas e informações”.

Os “Assuntos do dia” voltavam ao tema, referindo-se a uma possível suavização do conflito diplomático, com um possível reconhecimento do governo alemão, lamentando o incidente e prometendo o castigo aos culpados. Ainda no campo das transcrições, eram trazidos novos pormenores sobre os acontecimentos em Santa

⁷⁸ ECHO DO SUL. Rio Grande, 18 dez. 1905, a. 51, n. 287, p. 1.

⁷⁹ ECHO DO SUL. Rio Grande, 22 dez. 1905, a. 51, n. 291, p. 1.

Catarina, quando da visita da belonave germânica⁸⁰. Já ao final de dezembro, o *Echo* publicava a matéria “Ainda a *Panther*: notas e comentários”⁸¹, versando sobre a continuidade das tratativas diplomáticas em busca da solução à querela. Mas o antagonismo para com a atitude dos oficiais germânicos permanecia em pauta com a transcrição de correspondência fortemente indignada contra aquela “gravíssima afronta” que fora “irrogada à querida pátria”.

Assim o *Echo do Sul* trouxe em suas páginas as repercussões quanto ao caso da *Panther*. Embora fosse um periódico fortemente engajado, colocando-se na oposição e mesmo na resistência ao regime predominante no Rio Grande do Sul, por ocasião do desentendimento germânico-brasileiro, o jornal optou por uma postura mais suave, lançando mão predominantemente das transcrições, e deixando de lado as opiniões mais exacerbadas. Tal postura advinha da conduta dos oposicionistas sul-rio-grandenses que visavam até certo ponto a não buscarem um enfrentamento direto com as autoridades federais, na expectativa de que, a partir delas, viesse a ocorrer a tão almejada revisão da constituição sul-rio-grandense, cujos pressupostos permitiam a continuidade dos castilhistas no poder. Apesar dessa posição um pouco mais moderada, quanto aquele tema diplomático especificamente, o *Echo* não deixou de participar da cruzada antigermânica, mormente a partir da seleção das fontes publicadas, invariavelmente defensoras da causa brasileira e condenatórias da atitude dos militares alemães.

⁸⁰ ECHO DO SUL. Rio Grande, 23 dez. 1905, a. 51, n. 292, p. 1.

⁸¹ ECHO DO SUL. Rio Grande, 27 dez. 1905, a. 51, n. 294, p. 1.

O Intransigente

Começando a circular em 1901, como um quinzenário, o *Intransigente* anunciava em seu cabeçalho que constituía um “órgão da mocidade republicana”, revelando sua íntima ligação com o regime castilhisto, predominante por décadas no contexto rio-grandense-do-sul. Nessa linha, dizia ser representante do “pujante partido” que tinha honra em pertencer, obedecendo as “supremas ordens” de Júlio de Castilhos⁸². Em pouco tempo o periódico se consolidaria, passando à distribuição diária e confirmando em seu frontispício que se tratava de um “órgão do Partido Republicano” e, portanto, propugnador do castilhismo. Na edição que marcava a mudança em sua circulação⁸³, o jornal afirmava que, de “modesto periódico quinzenal”, vinha procurar um lugar de folha diária nos estádios da imprensa rio-grandense.

Neste mesmo número, o periódico esclarecia que, ao entrar na nova fase de sua vida jornalística, seria preciso traçar um programa que o guiasse nas lutas da imprensa, como “batalhador pelo progresso do município” e, especialmente, para pregar os princípios sustentados pela “sã política republicana”, a qual tinha por chefe no extremo sul da pátria brasileira “o grande evangelizador republicano da terra rio-grandense, o eminente e preclaro cidadão Júlio Prates de Castilhos”. Dizia permanecer em tal posição sem tergiversações, tibiezas, timidez ou esmorecimentos no combate pelas doutrinas que defendia. Desse modo, reiterava que atuaria na execução de uma imprensa doutrinária, colocando-se como “o novo combatente na

⁸² O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 3 maio. 1902, a. 1, n. 16, p. 2.

⁸³ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 18 mar. 1903, a. 2, n. 12, p. 1.

arena jornalística”, ao lado daqueles que estariam servindo “com lealdade à causa da república”.

A abordagem da questão *Panther* pelo *Intransigente* foi a mais sucinta no conjunto da imprensa rio-grandina. A primeira referência ocorreu na forma de nota intitulada “Canhoneira *Panther*”⁸⁴, destacando e agradecendo pelo convite para a “festa patriótica organizada pela comissão promotora para a recepção do navio germânico, esclarecendo que haveria bondes à disposição dos convidados. Outra pequena nota⁸⁵ anunciava a expectativa da chegada da canhoneira para breve e, em outra edição⁸⁶, informava que as casas alemãs de comércio da cidade portuária resolveram fechar os seus estabelecimentos “em honra à chegada da *Panther*”. Também na forma de breve nota⁸⁷, o periódico noticiava a chegada do navio, com a recepção das sociedades alemãs e diversos súditos da “ilustre nação germânica”, fazendo também referência ao embandeiramento de prédios e embarcações surtas ao porto.

Por meio da matéria intitulada “A canhoneira *Panther*”⁸⁸, o jornal divulgava a passagem da belonave pela barra, as visitas da praticagem, da saúde do porto, do cônsul alemão e das comissões das sociedades de tal nacionalidade. Destacava que a embarcação fundeara no porto citadino, recebendo salvas de bombas e girândolas de foguetes, estando a rua fronteira ao estabelecimento portuário “repleta de povo”. Referia-se às trocas de cortesias e cumprimentos entre a oficialidade do navio e as autoridades locais, bem como reiterava o embandeiramento da urbe. A folha se associava a tais comemorações, declarando que O

⁸⁴ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 2 dez. 1905, a. 4, n. 266, p. 2.

⁸⁵ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 5 dez. 1905, a. 4, n. 268, p. 2.

⁸⁶ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 6 dez. 1905, a. 4, n. 269, p. 2.

⁸⁷ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 7 dez. 1905, a. 4, n. 270, p. 2.

⁸⁸ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 8 dez. 1905, a. 4, n. 271, p. 2.

Intransigente hasteara o pavilhão nacional em homenagem à chegada do navio, tendo “inteira satisfação” em apresentar as boas vindas à “sua distinta oficialidade” e “digno comandante”, desejando-lhes agradável permanência na cidade.

Quanto à questão diplomática, o jornal publicou a matéria “O caso da *Panther*”⁸⁹, fazendo referência aos informes chegados de outros jornais, considerando-os como “naturalmente enxertados do exagero”, que caracterizaria “as impressões do primeiro momento”. Segundo a folha, tais notícias estariam “produzindo certo alarma no ânimo público”, o qual só poderia servir “para complicar um caso”, que o periódico se dizia sabedor, a partir de “fonte oficial”, que estaria sendo tratado de maneira “que só honra” poderia trazer à pátria a partir de “seu resultado final”. Para o *Intransigente*, a ação dos oficiais alemães em Santa Catarina, não poderia, nem deveria “ter o vulto” que a ela se pretendia atribuir, de modo que nada autorizaria “represálias exageradas nem expansões inoportunas”.

Na mesma linha de suavização, a matéria prosseguia e a folha rio-grandina garantia seu crédito no “honrado governo da República”, que trataria o caso por meios diplomáticos, com “saberia e enérgica atitude”, de maneira que o povo deveria “confiar, esperando a defesa dos seus direitos, da sua soberania e da sua honra”. O periódico censurava as ações promovidas na urbe contrárias aos oficiais e marinheiros da canhoneira, considerando que as mesmas só poderiam “agravar os acontecimentos e complicar a solução”, garantindo que a esta seria “a mais satisfatória para a honra da nação brasileira”. O *Intransigente* dizia acreditar na versão do comandante alemão, para o qual o caso seria “resolvido com honra para as duas nações

⁸⁹ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 9 dez. 1905, a. 4, n. 272, p. 2.

amigas”, julgando que a questão não teria “importância alguma”, a não ser para as versões em torno do “escândalo”, as quais “sempre os espíritos despreocupados e irrequietos” procuravam criar em relação a “fatos de tal natureza”. Nesse sentido, o diário aconselhava ao povo rio-grandino que conservasse “a atitude” de quem acreditava, “confiante na ação do honrado governo”, o qual obteria uma “solução airosa para o Brasil”.

Em seguida, *O Intransigente* publicou brevíssimas notas telegráficas⁹⁰, reproduzindo o *Diário Popular*, da cidade vizinha de Pelotas e também partidário do castilhismo. As notas davam preferência a narrar a ação governamental brasileira, diante da questão em pauta. Em outra coluna de título “O caso da *Panther*: confronto desleal”⁹¹, o jornal praticamente não abordou a questão em si, limitando-se a reagir a outro representante da imprensa, que teria buscado “demonstrar antagonismo de ideias entre o *Diário Popular* e *O Intransigente*”. A folha lançava argumentos contrários, explicando que o periódico adversário teria lançado mão de “tópicos isolados”, no intento de mostrar que não havia “harmonia de vistas entre os órgãos republicanos”. Nessa linha, *O Intransigente* passava a transcrever vários trechos, no sentido de sustentar sua tese e para que ficasse “pulverizada a pequena intriga”.

Em nova nota intitulada “O caso *Panther*”⁹², o jornal voltava a publicar breves trechos de telegramas oriundos do escritório do *Diário Popular*, mais uma vez trazendo as versões governamentais e/ou atenuadoras em relação ao conflito. Já em outra matéria⁹³, o *Intransigente* retomava o combate à “intriguinha” que teria sido feita por uma folha

⁹⁰ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 11 dez. 1905, a. 4, n. 273, p. 2.

⁹¹ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 12 dez. 1905, a. 4, n. 274, p. 2.

⁹² O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 13 dez. 1905, a. 4, n. 275, p. 3.

⁹³ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 14 dez. 1905, a. 4, n. 276, p. 2.

adversária, buscando demonstrar que não existia “desarmonia de vistas” entre ele e o *Diário Popular*. O predomínio da versão oficial e da preponderância de um espírito harmônico voltou a predominar em outras notas⁹⁴ editadas pelo periódico rio-grandino, apresentando conteúdos oriundos de transcrições. O tom era o mesmo, nos informes em que o jornal buscava demonstrar o encaminhamento da solução para a querela diplomática⁹⁵, bem como naqueles que destacavam a partida da belonave⁹⁶.

Nessa perspectiva, a cobertura do *Intransigente* a respeito da questão em torno da *Panther* foi plenamente condicionada à sua filiação partidária. Manteve assim uma postura que buscou diminuir a relevância do conflito, pregando a harmonização e criticando as versões discordantes. O dogmatismo era tão predominante que, por vezes, a folha deixou de abordar o tema central para querelar contra adversários políticos. Dessa maneira, o periódico castilhistas foi o único dos representantes da imprensa rio-grandina que não participou ativamente do enfrentamento contra os germânicos, optando por uma suavização do confronto e pela pregação de uma fé patriótica nas soluções obtidas pelo governo.

#####

Em termos de relações internacionais, aquele final de 1905 parecia uma época propícia para que se manifestassem ao menos desconfianças em relação à atitude alemã. Desse

⁹⁴ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 15 dez. 1905, a. 4, n. 277, p. 2.; 16 dez. 1905, a. 4, n. 278, p. 2.; 18 dez. 1905, a. 4, n. 279, p. 2.; e 20 dez. 1905, a. 4, n. 281, p. 2.

⁹⁵ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 21 dez. 1905, a. 4, n. 282, p. 2.

⁹⁶ O INTRANSIGENTE. Rio Grande, 22 dez. 1905, a. 4, n. 283, p. 2.; e Rio Grande, 22 dez. 1905, a. 4, n. 284, p. 2.

modo, diante do expansionismo colonial e imperialista da Alemanha naquele começo de século, patenteado na ação armada da *Panther*, poderia ser considerada como uma “infantil ingenuidade” esperar que o poderoso navio de guerra pedisse permissão para ancorar em algumas localidades do litoral brasileiro. Nesse sentido, a missão da belonave germânica em águas nacionais poderia significar uma demonstração de força, através de um navio de último tipo em artilharia e velocidade e do fato de que aquele momento marcava na Europa a iminência de uma conflagração da qual adviria a catástrofe da I Guerra Mundial. As repercussões do fato nos Estados Unidos, outro país com pendores imperialistas, viriam a agitar ainda mais a situação (JOFFILY, 1988, p. 67 e 89).

Tais atos só serviriam para demarcar que o Brasil também poderia consistir um dos alvos dos vários projetos imperialistas que ganhavam corpo naquela virada de centúria e os reflexos de tal processo se fariam sentir através da imprensa na cidade do Rio Grande. Em síntese a maior parte do jornalismo rio-grandino, à exceção de um dos seus representantes, mostrando amplo conhecimento de causa acerca dos avanços do imperialismo daquele período, difundiu o espírito de indignação e participou, a seu modo, daquele enfrentamento, em oposição às atitudes alemãs em terras brasileiras.

O *Artista* buscava uma renovação, adaptando-se aos novos tempos do jornalismo, e, para comprovar sua “nova fase”, não poupou esforços na abordagem da questão, trazendo uma das coberturas mais completas, mesclando as tradicionais apreciações da imprensa dita séria com o caráter jocoso e irônico a que se prestava o enfoque humorado da caricatura. O *Diário do Rio Grande* intentou manter sua tradição histórica de manter sua abordagem essencialmente embasada no periodismo informativo, visando até a

demonstrar uma certa primazia em tal prática. O *Echo do Sul* permanecia vinculado ao seu viés político-ideológico oposicionista, mormente ao governo estadual, de modo que não abriu o horizonte de suas críticas diretamente ao governo federal, embora em algumas entrelinhas tenha incorrido em tal ação. Finalmente *O Intransigente* constituiu o desvio da regra geral, ao garantir sua atuação dogmática e doutrinária em torno dos princípios castilhistas, tornando-se arauto e defensor das atitudes governamentais e menoscabando a relevância do conflito. Assim, afora *O Intransigente*, o *Artista*, o *Diário do Rio Grande* e o *Echo do Sul* fizeram-se uníssonos à cruzada antigermânica que dominou significativa parte da imprensa brasileira naqueles primórdios do século XX.

Referências bibliográficas

ALBERT, P. & TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

_____. *Caricatura, simbolismos e representações no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2012.

_____. *De crayon à mão: a arte caricatural de Thadío Alves de Amorim*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense; Secretaria de Município da Cultura, 2016.

CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de outubro de 1910*. 2.ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata no Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

GUEDES, Marques. Os últimos tempos da monarquia: 1890 a 1910. In: PERES, Damião (dir.). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1935. v. 7. p. 412-452.

JOFFILY, José. *O caso Panther*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOMEM, Amadeu Carvalho. *A propaganda republicana (1870-1910)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. A conjuntura. In: SERRÃO, Joel. & OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (dir.). *Nova História de Portugal – Portugal e a Regeneração (1851-1900)*. Lisboa: Editorial Presença, 2004. v. 10. p. 467-518.

REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957. p. 101-124.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – o terceiro liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1986.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



CIDH

Cátedra Convidada FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

ISBN: 978-85-67193-39-7

